

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
CIÊNCIAS SOCIAIS

Luciana Almeida Dantas

MULHER DE VIRAÇÃO, MULHER-DAMA, GAROTA DE PROGRAMA,
PROFISSIONAIS DO SEXO:
Atuações e Enfrentamentos na Praça Floriano Peixoto

Mestrado em Ciências Sociais

São Paulo
2019

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
CIÊNCIAS SOCIAIS

Luciana Almeida Dantas

MULHER DE VIRAÇÃO, MULHER-DAMA, GAROTA DE PROGRAMA,
PROFISSIONAIS DO SEXO:
Atuações e Enfrentamentos na Praça Floriano Peixoto

Mestrado em Ciências Sociais

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob orientação da Profa. Dra. Carla Cristina Garcia.

São Paulo
2019

Luciana Almeida Dantas

MULHER DE VIRAÇÃO, MULHER-DAMA, GAROTA DE PROGRAMA,
PROFISSIONAIS DO SEXO:
Atuações e Enfrentamentos na Praça Floriano Peixoto

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob orientação da Profa. Dra. Carla Cristina Garcia

Data da Aprovação ____/____/____

Banca Examinadora

Profa. Dra. Carla Cristina Garcia (orientadora) – PUC-SP

Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli – PUC-SP

Prof. Dr. José Francisco Greco Martins – USCS

*Ai, ai, saudade
Saudade dela,
Ela se foi, saudade
Fiquei sem ela.*

*Fonte de sabedoria
Onde tudo podia achar
Todo canto matriz
Da gente do meu lugar*

*Quando eu era canarinho
Ela existia, sabiá
Hoje canto sozinha
E dela sempre vou lembra¹*

À minha mãe, que me ensinou a ser livre e forte.

¹Trecho da música Saudade Dela. Composição de Roberto Mendes e Nivaldo Costa, interpretada por Maria Bethânia.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do
Ministério da Educação, pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Para que esta pesquisa se concretizasse, muitas foram as pessoas envolvidas e que contribuíram, de maneiras direta e indireta, imensamente, para isso.

Inicialmente, e principalmente, às mulheres que atuam na prostituição na Praça Floriano Peixoto, em especial, às que construíram esta pesquisa, Joana e Iraní. Mulheres fortes, contribuíram imensamente com seus conhecimentos, suas vivências e histórias de vida e com quem aprendi tanto.

Ao Projeto Antônia, por ter me acolhido durante o período em que atuei como estagiária de Serviço Social, proporcionado o primeiro contato com a temática da prostituição e com as mulheres participantes desta pesquisa. Também por seus atores terem se mostrado sempre disponíveis para contribuir com a construção deste trabalho.

À minha orientadora, Profa. Dra. Carla Cristina Garcia, não apenas por ter acolhido e orientado este trabalho de maneira tão brilhante, mas por ter me proporcionado reflexões fundamentais sobre a condição feminina, que me permitiram compreender as estratégias de lutas e resistências, e sobre um feminismo de todas as mulheres.

Não posso deixar de agradecer às(aos) companheiras(os) de luta e com quem eu escolhi dividir a vida, as(os) quais, em momentos distintos, foram fundamentais para a realização deste trabalho, Nathalí Estevez, Henrique Manoel e Roberta Ribeiro, me fazendo refletir sobre questões fundamentais, como: “Tá. Mas o que você quer com esta pesquisa? Por que você tá estudando isso?” “Você precisa explicar, qual caminho vai percorrer para realizar a pesquisa, para chegar aos objetivos e para trabalhar com a hipótese?”. “Luciana, mulher, mas não precisa disso não, vamos tentar manter nossa saúde mental”. Por tudo isso, pela alegria, resistência e camaradagem, muito obrigada.

Ao Núcleo Inanna de Pesquisa (NIP), pelas valiosas reflexões proporcionadas, as ricas contribuições para a construção deste trabalho, por minha iniciação no mundo fascinante da pesquisa e por ser um espaço de luta, resistência e solidariedade, tornando-nos mais fortes para questionar, enfrentar e combater o patriarcado.

Às companheiras de trabalho da Secretaria Municipal de Habitação, com quem divido um cotidiano cheio de enfrentamentos, mas também repleto de afetos e alegria. Agradeço pelo constante incentivo e pela compreensão dos vários momentos de loucura.

Ao meu professor da graduação, Osmar Cavalcante, que, quando me acompanhava, no período da realização do estágio, como supervisor acadêmico, me fez refletir sobre as expressões da questão social, vivenciada pelas mulheres que eu atendia no Projeto Antônia, e que a prostituição, era apenas mais uma dessas expressões.

As minhas comadres, Francilmara e Loângela, pela constante presença, incentivo, amizade e alegria.

Obrigada!

RESUMO

DANTAS, Luciana Almeida. **Mulher de viração, mulher-dama, garota de programa, profissionais do sexo**: atuações e enfrentamentos na Praça Floriano Peixoto. 2019. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

No trabalho que se apresenta, analisa-se a história de vida de mulheres que atuam como prostitutas na região de Santo Amaro para compreender se seus enfrentamentos cotidianos resultam da prostituição ou das opressões oriundas das questões de gênero, raça e classe. Para isso, traz breve resgate histórico sobre a prostituição, na cidade de São Paulo, a partir da segunda metade do século XIX, até os anos de 1980, mostrando como ocorria essa prática no período. Assim como compreender a relação existente entre exploração e prostituição, considerando os posicionamentos dos feminismos, em um contexto de sistema capitalista, tendo como base a realidade da prática da prostituição na Praça Floriano Peixoto, em Santo Amaro. Com esse objetivo, foi de fundamental importância conhecer a história de vida de mulheres que atuam na prostituição, na região já apontada, para compreender seus principais enfrentamentos cotidianos.

Palavras-chave: Prostituição, mulheres, exploração, feminismos, cotidiano.

ABSTRACT

DANTAS, Luciana Almeida. **Mulher de viração, mulher-dama, garota de programa, profissionais do sexo**: atuações e enfrentamentos na Praça Floriano Peixoto. 2019. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

This paper analyzes the life story from prostitutes' women at Santo Amaro region and their daily confrontation, concluding if those confrontations are result from prostitution or victimization from gender, race and social class matters. To do so, it was needed to briefly study the history Sao Paulo city prostitution, since second half of XIX century through the eighties, exposing how this activity was done at those phases. As well as, to understand the relation between exploitation and prostitution, considering feminism positioning, inside a capitalist system context, based on prostitution activity at Floriano Peixoto Square, Santo Amaro region. Facing it, it is fundamental to analyze women life story that has prostitution as activity, at region already mentioned, to comprehend their main daily confrontation.

Keywords: Prostitution, women, exploitation, feminisms, everyday.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGP	–	Associação Gaúcha de Prostitutas
Capes	–	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	–	Classificação Brasileira de Ocupação
CTA	–	Centro de Testagem e Aconselhamento
Cuts	–	Central Única de Trabalhadores Sexuais
NIP	–	Núcleo Inanna de Pesquisa
PN-DST-Aids	–	Programa Nacional de Doença Sexualmente Transmissível (DST)/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Sida)/em inglês: Acquired Immunodeficiency Syndrome (Aids)
PUC-SP	–	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Sesc	–	Serviço Social do Comércio
USCS	–	Universidade Municipal de São Caetano do Sul

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Repressão à Prostituição na Rua Gal. Osório, em 1966 (JOANIDES, H. Boca do lixo . São Paulo: Ed. Populares, 1977)	41
Figura 2 – I Encontro Nacional e Prostitutas (1987).....	44
Figura 3 – Praça Floriano Peixoto, Santo Amaro - São Paulo/SP.....	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 BREVE HISTÓRIA DA PROSTITUIÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO: MEADOS DO SÉCULO XIX AOS ANOS 1980.	25
1.1 As Prostitutas se Organizam	40
2 RELAÇÃO ENTRE PROSTITUIÇÃO E EXPLORAÇÃO NA REALIDADE DO BAIRRO DE SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP	46
2.1 Surgimento do Bairro de Santo Amaro	47
2.2 Prostituição no Bairro de Santo Amaro: Características Gerais	49
2.3 Relação entre Exploração e Prostituição	54
3 MULHER DE VIRAÇÃO, MULHER-DAMA, GAROTA DE PROGRAMA, PROFISSIONAIS DO SEXO E A PRAÇA FLORIANO PEIXOTO.	66
3.1 Joana e Iraní, Sujeitas Produtoras de Conhecimento	69
3.2 Chegada na Praça e Compreensão do que É a Prostituição	73
3.3 Como Querem Ser Chamadas	77
3.4 Relação entre Prostituição e Exploração	78
3.5 Enfrentamentos Cotidianos	82
3.5.1 Relação de gênero	82
3.5.2 Relações raciais	85
3.5.3 Relações com serviços e políticas públicas	87
3.5.4 Dupla identidade	88
3.5.5 Idade	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	97

INTRODUÇÃO

O título dado a este trabalho baseia-se nas falas das mulheres participantes desta pesquisa e os termos utilizados – mulher-dama, mulher de viração, profissionais do sexo e garota de programa – são denominações apresentadas por elas durante as entrevistas realizadas.

Joana e Iraní contam que são essas as denominações utilizadas pelas mulheres que atuam na prostituição na região de Santo Amaro, especificamente na Praça Floriano Peixoto, e com as quais se reconhecem.

No decorrer da pesquisa, foi possível perceber que mais de um termo é utilizado para nomear as mulheres que atuam na prostituição e isso aconteceu na medida em que a pesquisa avançou e favoreceu maior aproximação do campo e, conseqüentemente das mulheres participantes, vistas como sujeitas produtoras de conhecimento.

A prostituição é uma atividade institucionalizada que serve à regulação das relações sociais de sexo. Assim, todo comportamento transgressivo, por parte das mulheres, num dado contexto, pode provocar sua estigmatização como “prostituta” ou “puta” e levar às punições que daí decorrem (Gail Pheterson², 2009).

Ao pensar em prostituição, e em mulheres que se prostituem, de imediato, somos tomados por dois pensamentos: um com base em valores morais e outro com viés vitimizador.

Para Dolores Juliano (2014), a prostituição possui duas funções nesse sistema: delimitar o lugar das mulheres (controlando suas condutas) e silenciar as prostitutas (vistas como perigosas para o sistema, manipuladas, ou incapazes).

A pesquisa que aqui se inicia, apresentou-se como possibilidade após a permanência da pesquisadora, durante o período de um ano e seis meses, em

² Nesta pesquisa, sempre que for utilizado autoras como referencial teórico, será apresentado o nome completo dessas mulheres, visto que se for utilizado apenas o sobrenome, serão facilmente confundidas com homens. Dessa forma, pretende-se evitar a depreciação, invisibilidade e exclusão linguística das mulheres, ocasionada pelo uso do masculino como referente genérico, baseada nas proposições de Carmen Rosa Caldas-Coulthard (2000).

contato com prostitutas³ que atuam no bairro de Santo Amaro, localizado na região sul da cidade de São Paulo.

O contato com essas mulheres aconteceu em 2014, quando estava no 5º semestre da graduação de Serviço Social e teve início o estágio curricular obrigatório⁴.

O período de realização de estágio supervisionado aconteceu no Projeto Antônia, serviço destinado ao atendimento de mulheres que atuam na prostituição, na região já mencionada.

O primeiro contato com o campo de estágio, e atual campo de pesquisa, inicialmente, causou-me espanto, pois, mesmo sendo moradora das proximidades do bairro de Santo Amaro e passando pelo local com frequência, nunca havia percebido tantas casas e locais de prostituição. Principalmente no que se refere a um dos tradicionais pontos de prostituição da área, a Praça Floriano Peixoto, nunca havia notado que algumas das mulheres que ali permanecem são prostitutas.

Antes do início do estágio e de conhecer o Projeto Antônia, jamais havia pensado em prostituição, ou em mulheres que se prostituem.

O Serviço Social, área de minha formação e posicionamento político, já me possibilitava realizar análises de conjuntura descoladas do senso comum e me dava respaldo teórico para compreender questões como, por exemplo, a dificuldade da população pobre em acessar seus direitos, mesmo os mais básicos, como alimentação, educação, saúde e moradia. Desta forma, o campo de estágio possibilitou a aproximação com o principal objeto de estudo e as intervenções do Serviço Social na questão social⁵ com suas diversas expressões.

Como decorrência desse contato com mulheres que atuam na prostituição na região de Santo Amaro, surgiu o questionamento sobre se, de fato, os enfrentamentos cotidianos vivenciados por elas – e aqui destaca-se como principais enfrentamentos cotidianos as desigualdades de gênero, raça e classe; as dificuldades de acessar serviços públicos; e também o fato de serem moradoras das

³ No texto que se apresenta, este termo é utilizado com base nas principais referências que abordam esta temática e fundamentam esta pesquisa. Porém, após a pesquisa de campo, tal termo poderá ser mudado, conforme o reconhecimento das sujeitas entrevistadas.

⁴ Conforme Resolução 533/2008 do Conselho Federal de Serviço Social).

⁵ Interpretada como o conjunto das expressões das desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais da sociedade capitalista madura (Mirla Cisne, 2015).

periferias – se dá por elas serem prostitutas, ou por também vivenciarem as questões acima pontuadas, como outras mulheres que vivenciam esses mesmos enfrentamentos e não estão inseridas na prostituição.

Outro ponto a ser destacado como enfrentamento cotidiano é o fato de essas mulheres possuírem dupla identidade, visto que seus familiares e vizinhos não sabem sobre suas atuações na prostituição.

Sem a pretensão de conceituar a categoria cotidiano, dada a sua ampla complexidade, ressalta-se que, para Agnes Heller (1989), a vida cotidiana é a vida de todos os homens, pois já nascem inseridos na sua cotidianidade, e participam com sua personalidade e todos os sentidos, as capacidades intelectuais, habilidades manipulativas, os sentimentos, as paixões, ideias, emoções e ideologias. Nesse sentido, constituiriam a vida cotidiana a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação⁶.

É válido pontuar que, enquanto categoria de análise, a compreensão de gênero pauta-se na definição de que envolve “todas as normas, obrigações, comportamentos, pensamentos, capacidades e até mesmo o caráter que se exigiu que as mulheres tivessem por serem biologicamente mulheres” (Carla Cristina Garcia, 2015, p.19).

Desta forma, o que se apresenta como questionamento, como problema que rege esta pesquisa, pauta-se na seguinte questão: De que maneira a prostituição interfere nos enfrentamentos cotidianos vivenciados pelas mulheres que atuam no bairro de Santo Amaro da cidade de São Paulo?

Para responder ao questionamento apresentado, o objetivo geral desta dissertação é verificar se os enfrentamentos cotidianos vivenciados pelas mulheres que atuam na prostituição, na região de Santo Amaro, são oriundos da opressão de gênero, raça e classe, e se não possuem ligação exclusiva com a prostituição.

Para tanto, compreende-se ser necessário realizar breve resgate histórico sobre a prostituição, na cidade de São Paulo, no período que vai desde a segunda

⁶ Para melhor entendimento da categoria cotidiano, ver: *O Cotidiano e a História*, de Agnes Heller.

metade do século XIX, até os anos 1980, para assim compreender a presença e participação dessas mulheres na geografia da cidade de São Paulo.

E ainda analisar a relação existente entre exploração e prostituição, na realidade de Santo Amaro, tomando por base as discussões apresentadas pelos feminismos, inseridas em um contexto de sistema capitalista, no qual todas as mulheres são exploradas e não somente as prostitutas. Porque causa tanto espanto e indignação nas pessoas, quando se fala que uma prostituta, que trabalha em um privê⁷, na periferia de São Paulo, recebe R\$ 20,00, por vinte minutos de programa?

Porém, a reação não é a mesma quando é exposto que uma professora, que trabalha na rede municipal de ensino infantil, da cidade de São Paulo, recebe R\$ 20,05 por hora-aula⁸. Porque não causa indignação nas pessoas, a realidade e condição de trabalho da empregada doméstica? Será que a resposta para esses questionamentos é que o magistério e trabalho doméstico são considerados trabalhos dignos?

Para finalizar a pesquisa proposta, é de fundamental importância compreender a realidade da prostituição em Santo Amaro, especificamente na Praça Floriano Peixoto, por meio das histórias de vida de mulheres que atuam nessa região.

O campo de trabalho para realização desta pesquisa, como mencionado, foi o bairro de Santo Amaro, localizado na zona sul da cidade de São Paulo, mais especificamente a Praça Floriano Peixoto e as sujeitas⁹ de pesquisa são mulheres que fazem ponto nesse local.

A escolha em realizar essa pesquisa com prostitutas dessa região, enfatiza-se, se deu pelo contato mantido com essas mulheres durante o período de estágio supervisionado realizado no Projeto Antônia.

O foco desta pesquisa em mulheres que fazem “ponto” na Praça Floriano Peixoto foi motivado por ser o local inicial de observação de campo para a pesquisa proposta e também pela dificuldade de acessar os estabelecimentos fechados, como

⁷ Na realidade do bairro de Santo Amaro, é casa de prostituição que funciona durante o dia.

⁸ Para mais informações, consultar: transparencia.prefeitura.sp.gov.br/funcionalismo.

⁹ O termo é aqui utilizado como posicionamento político e por compreender que o masculino não representa o universal, visto que as participantes da pesquisa são mulheres, e por se encaixar em uma perspectiva de “guerrilha da linguagem”, como propõe Malcolm Coulthard (CARDOZO, 2009; COULTHARD, 1991).

as boates¹⁰ e os privês, que possuem as (os) gerentes e também acentuado controle sobre as mulheres no que se refere aos horários de trabalho e atendimento aos clientes.

O Projeto Antônia é um serviço destinado ao atendimento de mulheres que atuam na prostituição na região de Santo Amaro e possui como objetivos:

Contribuir para a desconstrução do estigma da prostituição presente na sociedade e envolver as múltiplas iniciativas sociais no enfrentamento dos problemas vividos pelas mulheres, assim como sensibilizar as mulheres que se prostituem, em contexto de vulnerabilidade social, para buscar o acesso aos seus direitos, desenvolvendo ações que estas se reconheçam enquanto sujeito de direitos.¹¹

Para se ter melhor compreensão sobre o Projeto Antônia, faz-se necessário contextualizá-lo historicamente. O serviço é coordenado pelo Instituto das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor¹², fundado em 1870, na Espanha, e que atualmente está presente em países como Angola, Argentina, Uruguai e Brasil, trabalhando com mulheres que atuam na prostituição.

As Irmãs Oblatas chegaram ao Brasil em 1935 e, atualmente, mantêm quatro projetos, que desenvolvem trabalhos com prostitutas e estão situados nas seguintes cidades:

- Belo Horizonte/MG (Diálogos pela Liberdade);
- Juazeiro da Bahia/BA (Pastoral da Mulher);
- Salvador/BA (Projeto Força Feminina);
- São Paulo/SP (Projeto Antônia).

O Projeto Antônia está oficialmente no bairro de Santo Amaro, campo de pesquisa desta dissertação, desde o ano de 2007, e instalou-se nesse bairro após uma pesquisa feita entre os anos de 2004 e 2005, com o objetivo de identificar instituições que trabalhavam com mulheres que se prostituem na cidade de São

¹⁰ Na realidade do bairro de Santo Amaro, casas de prostituição que funcionam durante a noite.

¹¹ Disponível na revista publicada no ano de 2017, em comemoração aos 10 anos do Projeto Antônia.

¹² Congregação religiosa fundada em 1870, na Espanha, por Antônia Maria de Oviedo (madre Antônia) e José Maria Benito Serra (padre Serra), com o objetivo de acolher qualquer mulher, independentemente de país, cidade, idade, condição e saúde.

Paulo, assim como identificar os locais em que a prática da prostituição feminina se desenvolvia com maior visibilidade.

De acordo com informações da revista *Projeto Antônia 10 anos*, a pesquisa citada chegou a um diagnóstico de que a região central da cidade de São Paulo possui o maior número de mulheres que se prostituem e, conseqüentemente, maior número de instituições que atuam com essas mulheres.

Na pesquisa, também foi possível observar que no bairro de Santo Amaro havia considerável número de mulheres atuando na prostituição, porém, não existiam instituições que desenvolvessem um trabalho destinado a esse público. Com isso, em junho de 2007, é inaugurado o Projeto Antônia, que recebeu esse nome em homenagem à fundadora da congregação. Desde o início, o Projeto Antônia possuía uma equipe de trabalhadoras formada por coordenadora, assistente social e educadoras. As educadoras costumam ser noviças, da ordem Oblatas, em processo de formação.

No início de suas atividades, o Projeto Antônia atuava apenas com mulheres que faziam ponto em ruas e praças, sempre pautado nos encaminhamentos e nas orientações, no que se refere aos seus direitos sociais, pois havia resistência, por parte das casas de prostituição, em permitir o acesso das irmãs às mulheres que ali permaneciam.

Somente no ano de 2011, por intervenção de prostitutas que já eram atendidas pelo Projeto Antônia e que também atuavam como agentes de prevenção do Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) de Santo Amaro, desenvolvendo ações de prevenção de doenças e distribuição de preservativos, dentro das casas de prostituição, é que o Projeto Antônia teve acesso às boates e privês da região.

A pesquisa que se apresenta está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo é intitulado como: Breve História da Prostituição na Cidade de São Paulo: Meados do Século XIX até os Anos 1980.

A maneira como a história da prostituição é abordada, na cidade de São Paulo, terá como foco estudar a importância das mulheres, sobretudo as prostitutas, para o desenvolvimento desse período, considerando que a maioria dos registros tende a desconsiderar a importância da contribuição feminina nesse processo histórico.

No decorrer do capítulo, discuti-se a constante presença da figura da prostituta na história da cidade. Como uma representação de progresso e modernidade, a prostituição, no século XIX, mostrava-se uma ocupação que propiciava condição mais autônoma e independente para as mulheres, em termos sexuais, econômicos e emocionais. Era uma opção por vezes mais rentável e que ainda oferecia oportunidades de participar de assuntos e eventos monopolizados pelo universo masculino.

Encaminhando-se para o final do capítulo, serão abordadas questões sobre a importância do Primeiro Encontro Nacional de Prostitutas, ocorrido em julho de 1987. A partir desse encontro, como afirma Gabriela Leite (2009, p.149): “Muita gente começou a nos procurar, universidades, sociólogos, intelectuais. Os pesquisadores de prostituição até então viam a prostituta como vítima, e tudo que eles buscavam era apenas para provar a tese deles”.

Já o segundo capítulo, cujo título é Relação Existente entre Prostituição e Exploração na Realidade do Bairro de Santo Amaro, São Paulo/SP, será discutida a relação entre exploração e prostituição, com base em discussões apresentadas pelos feminismos, inseridas em um contexto do sistema capitalista.

Nesse capítulo, a pretensão não é romantizar a prostituição, considerando essa prática como emancipação das mulheres, ou como forma de atingirem a liberdade sexual, mas sim analisar a prática da prostituição, compreendendo não ser a única atividade responsável pela exploração das mulheres.

O sistema capitalista mantém-se da exploração da classe trabalhadora, resultando nas desigualdades sociais. Porém, é preciso compreender que essa classe não é homogênea, por ser atravessada pelas relações de gênero e raça. De acordo com Mirla Cisne (2014, p. 26):

A análise da condição da mulher no mundo do trabalho não é uma questão de ordem linguística ou meramente gramatical. Ou seja, não se trata, apenas, de ressaltar que além de trabalhadores, existem trabalhadoras na composição da classe. Trata-se de analisar como as mulheres sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que os homens da classe trabalhadora e que isso atende diretamente aos interesses dominantes.

No terceiro capítulo, denominado: Mulher de Viração, Mulher-Dama, Garota de Programa, Trabalhadoras Sexuais e a Praça Floriano Peixoto, é apresentada a

pesquisa de campo, que permeará os demais capítulos. É válido ressaltar que o tipo de prostituição abordada por esta pesquisa é a exercida por mulheres pobres, que residem nas periferias de São Paulo. Para analisar essa realidade, é necessário inseri-las em contexto mais amplo e compreender que as mulheres são 70% dos pobres do mundo, conforme aponta Mészáros (2002 apud CISNE, 2014).

Sobre a Metodologia

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho abrangeu uma pesquisa de campo e a revisão bibliográfica, visando refletir sobre a literatura feminista e de gênero.

Para tal, recorreu-se também a outros tipos de produções, como: artigos, textos, revistas, *sites*, documentários, participação em eventos e seminários, objetivando um estreitamento com o assunto e melhor aprofundamento da temática.

O estudo teve por base a pesquisa qualitativa, visto que esse tipo de pesquisa permite analisar os dados em toda sua riqueza, respeitando a forma de registro e transcrição na íntegra de todo o material coletado. De acordo com Maria Lúcia Martinelli (1999), a pesquisa qualitativa tem por objetivo evidenciar o que os participantes pensam a respeito do que vem sendo pesquisado, não só a visão do pesquisador em relação ao problema, mas também o que o sujeito tem a dizer a respeito.

Na abordagem investigativa de âmbito qualitativo, nada é trivial, pois toda manifestação tem potencial para fornecer pistas importantes na construção e compreensão do fenômeno estudado. Segundo Maria Lúcia Martinelli (1999, p. 24):

Nessa pesquisa, ao invés de trabalharmos com grandes temas, com grandes cronologias, o fazemos de forma mais localizada. Trabalhamos com os fatos de forma a poder aprofundar tanto quanto possível a análise, e não para conhecê-los apenas de uma forma sumária, a partir de uma primeira apresentação. Nesse sentido, priorizamos não os fatos épicos, os fatos de grande dimensão, mas aqueles que estão mais próximos do sujeito e que repercutem diretamente na sua vida.

Para a autora, (1999), há pressupostos fundamentais, nas metodologias qualitativas de pesquisa, como o reconhecimento da singularidade do sujeito, o reconhecimento da experiência social do sujeito e não apenas as suas circunstâncias de vida, e o reconhecimento de que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o saber de como elaborar sua experiência social cotidiana.

Sobre a pesquisa qualitativa, também aponta Maria Cecília de Souza Minayo (2010, p. 21):

A pesquisa qualitativa [...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhar com seus semelhantes.

A história oral foi a técnica escolhida, entre as existentes nas metodologias qualitativas, pois, para a abordagem da temática aqui proposta, se fez de fundamental importância, por evidenciar a trajetória de vida dessas mulheres, por meio de um regaste de sua história e compreensão da categoria em que está inserida. Por meio dessa técnica, é possível expressar “a consciência da historicidade da experiência pessoal e do papel do indivíduo na história da sociedade em eventos públicos” (PORTELLI, 2001, p. 14).

A história oral, neste estudo, se faz num olhar sociológico e dá destaque ao relato da vida e das experiências na busca e apreensão do objeto de estudo, conforme explica Marlene Almeida de Ataíde (2008, p. 36).

Como instrumentalidade da história oral, para esta pesquisa, foram realizadas entrevistas livres, para que, assim, as mulheres pudessem contar suas histórias. Foi utilizado o recurso da gravação, com posterior transcrição das informações coletadas.

Como método de análise da pesquisa, o materialismo histórico dialético guiou o olhar e foi possível analisar a história real das/os sujeitas/sujeitos, considerando o contexto em que estão inseridas/os, as condições de vida que possuem, os meios que lhes são oferecidos.

De acordo com Maria Cecília de Souza Minayo (2010, p. 24), é importante utilizar o materialismo histórico dialético, pois:

Enquanto método propõe abordagem dialética que teoricamente faria um desempate entre o positivismo e o compreensivíssimos, pois junta a proposta de analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, às relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais.

Ressalta-se que esta pesquisa foi realizada em três etapas, as quais, segundo Maria Cecília de Souza Minayo (2010, p. 26), consistem em: “(1) fase exploratória; (2) trabalho de campo; (3) análise e tratamento do material empírico e documental”.

A primeira etapa, dita fase exploratória, cuja característica é permitir maior familiaridade entre a pesquisadora e o tema pesquisado, foi realizada por meio de estudos e pesquisas bibliográficas, consultando obras (livros, artigos, revistas) específicas e de diversas áreas, como Ciências Sociais, Serviço Social e História que discutem sobre mulheres, prostituição, trabalho, exploração e feminismos, como: *Os Prazeres da Noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo, 1890-1930*; e *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar: Brasil 1890-1930*, ambas da autora Margareth Rago; *Meretrizes e Doutores: Saber Médico e Prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*, de Magali Engel; *Feminismo e Consciência de Classe no Brasil*; e *Gênero, Divisão Sexual de Trabalho e Serviço Social*, ambas da autora Mirla Cisne; também *Prostituição, Gênero e Sexualidade: Hierarquias Sociais e Enfrentamentos no Contexto de Belo Horizonte*, da autora Letícia Barreto, dentre outras.

Nessa fase, ainda para melhor compreensão e vivência da temática, foram realizadas visitas e participação em palestras. Cita-se o Seminário Projeto Antônia, 10, promovido pelo Projeto Antônia em 2017; o Seminário Nacional sobre Prostituição e Garantia de Direitos. Também a mesa-redonda com o título: Feminismo, Trabalho Social e as Políticas do Estado: Do Novo Abolicionismo ao utafeminismo”. Odo debate: Um Século e Meio de Abolicionismo: Prostituição, Criminalização e o Controle do Corpo Feminino. Ainda o evento Boteco da Diversidade, com a temática: Prostituição, promovido pelo Serviço Social do

Comércio (Sesc) Pompeia/SP. Citam-se ainda os congressos 13^o Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11.

Esse período foi importante para a confirmação do objeto, da hipótese e do problema da pesquisa, indicados no projeto desta dissertação, elaborado e revisado no decorrer do início do Mestrado do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a participação nas disciplinas oferecidas, norteadoras da construção da referida pesquisa, e consequentes desenvolvimentos teórico e metodológico.

Ainda nessa fase, além das leituras aprofundadas das/os autoras/es citadas/os, também foi realizada visita ao Acervo da Biblioteca da PUC-SP, para consulta aos periódicos e obras relacionadas ao tema, atividade de fundamental importância para a construção dos capítulos.

Na segunda fase da pesquisa, denominada trabalho de campo, deu-se continuidade à participação em eventos e palestras que abordavam o tema pesquisado.

Para alcançar o objetivo geral desta pesquisa, foi decidido que os enfrentamentos cotidianos vivenciados pelas mulheres que atuam na prostituição na região de Santo Amaro são oriundos da opressão de gênero, raça e classe, e não possuem ligação exclusiva com a prática da prostituição. Foi necessário entrevistar as sujeitas envolvidas com a temática, ou seja, mulheres que atuam na prostituição na Praça Floriano Peixoto, na região do bairro de Santo Amaro.

Chegou-se à conclusão de que duas sujeitas atenderiam tal necessidade. As participantes desta pesquisa são Joana e Iraní, mulheres com perfis diferentes e tempos de atuação na prostituição também diferentes. Comum entre as duas é o fato de ambas estarem inseridas na realidade da Praça Floriano Peixoto.

Durante o período de uns 6 anos, eu fiquei só na prostituição, dependia desse trabalho pra tudo. Hoje eu continuo na prostituição, mas eu tenho um outro serviço e faço parte de um projeto, participo de um projeto no CTA, como agente de prevenção e esse é o começo da minha história. (Joana¹³, entrevista em 2018).

Joana tem 44 anos e é originária da cidade de Jacobina, no estado da Bahia. Reside na cidade de São Paulo há 27 anos, e, de acordo com ela: “Mas,

¹³ Nome fictício escolhido pela própria participante da pesquisa. De acordo com ela, sempre gostou desse nome.

assim, estou sempre em contato com as minhas origens” (Joana, depoimento em 2018). Há 17 anos, atua na prostituição. Atualmente, “*vem para a praça*” apenas aos sábados; durante a semana, trabalha em uma empresa como folguista e também é agente de Prevenção de um CTA¹⁴.

A gente, quando chega aqui em São Paulo, não tem um pra não contar história né? Oh meu Deus! Fiquei casada muitos anos, quase 18 anos, com meu marido, que a gente veio de lá. Aí depois não deu certo, ninguém é de ninguém, e cada qual pro seu lado. (Iraní¹⁵, entrevista em 2018).

Iraní tem 61 anos, nasceu na cidade de Medeiros Neto, Estado da Bahia, porém, de acordo com os relatos dela: “*só que eu fui registrada num lugar chamado Nanuque, em Minas Gerais, próximo da Bahia, quando já tinha 11 anos*” (Iraní, entrevista em 2018). Há 21 anos, atua na prostituição. Chegou na cidade de São Paulo com 19 anos, em 1979. Estudou até a 4ª série e, de acordo com ela, “*escrever eu escrevo mal, mais ler, graças a Deus, eu leio corretamente bem*” (Iraní, entrevista em 2018).

Após a construção do referencial teórico, nas primeiras etapas deste trabalho, e “*eleição*” das sujeitas da pesquisa, optou-se pela pesquisa qualitativa como metodologia, e pelo uso do instrumental da entrevista para melhor conhecer a historicidade dessas mulheres, pois, segundo Maria Cecília de Souza Minayo (2010, p. 64),

Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo.

As entrevistas com essas mulheres foram realizadas a partir de um roteiro e encaminhados convites para participarem desse momento em locais específicos e próximos de suas realidades, pois, segundo Triviños (1987), o ambiente, o contexto onde as sujeitas realizam suas ações e desenvolvem seu modo de vida, têm real importância no que se refere à compreensão mais clara de suas atividades,

¹⁴ Equipamento público, vinculado à Política da Saúde, que atua na prevenção de Doença Sexualmente Transmissível (DST).

¹⁵ Nome fictício escolhido pela participante da pesquisa. De acordo com ela, “*sempre, às vezes, eu também falo pra homem que eu chamo Iraní*” (Iraní, entrevista em 2018), fazendo menção ao nome que utiliza na prostituição.

possibilitando a real aproximação das experiências desses indivíduos com a temática.

Complementando, e seguindo o pensamento do referido autor, o meio onde vivem, ou mesmo atuam, imprime ao indivíduo traços e características peculiares que são desvendadas à luz da compreensão dos significados que ele próprio estabelece sobre a temática discutida no decorrer da entrevista.

A terceira e última fase para concretização desta pesquisa, envolveu a análise e o tratamento dos materiais empírico e documental. Foi analisado o material obtido na pesquisa de campo, relacionando-o com o referencial bibliográfico, fundamental para promover a comprovação, ou não, da hipótese levantada.

Das narrativas das sujeitas, foram eleitas categorias de análise que foram significativas, demonstrando suas impressões manifestadas durante as entrevistas, e relacionadas com a exploração e prostituição e os enfrentamentos cotidianos.

Por fim, ressalta-se que, por meio da utilização da história oral, para esta pesquisa, “a mulher, sujeito singular, tem sido considerada não apenas objeto de estudo, mas sujeito da história” (Carla Cristina Garcia, 1998, p. 17).

1 BREVE HISTÓRIA DA PROSTITUIÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO: MEADOS DO SÉCULO XIX AOS ANOS 1980

No capítulo que se inicia, objetiva-se discorrer brevemente sobre a história da prostituição na cidade de São Paulo, tendo por delimitação histórica a segunda metade do século XIX até a década de 1980, quando é registrado o início do movimento de prostitutas no Brasil.

É de fundamental importância contextualizar, historicamente, o sentido da utilização do termo prostituição. Atualmente, a troca de serviços sexuais por uma compensação financeira ou material pode ser considerada prostituição (Gail Pheterson, 2009), portanto, as práticas sexuais consideradas “ilícitas”, que ocorriam antes do avanço do capitalismo e do início do processo de urbanização, não podem ser conceituadas dessa forma e não possuíam essas mesmas características. De acordo com Margareth Rago (2009, p. 63):

Difícilmente poderíamos estender o conceito de prostituição às práticas sexuais ilícitas que ocorriam entre homens e mulheres, visto que não se caracterizavam como relações essencialmente mediatizadas pelo dinheiro como equivalente geral [...] somente à medida que a cidade se expande e se urbaniza, mudam as normas de comportamento e as relações entre os sexos.

Assim, para Margareth Rago (2009), somente a partir do século XIX e com base em conceitos elaborados pelo saber médico-policial, a comercialização do corpo feminino se caracterizará como prostituição e aparecerá como parâmetro de limite para o comportamento das mulheres no espaço urbano.

O século XIX foi palco de profundas transformações sociais, originárias da Revolução Industrial, do avanço do sistema capitalista e advento da sociedade burguesa. O processo de industrialização no Brasil teve início na Região Nordeste do País, entre os anos de 1840 e 1860, no estado da Bahia, com a indústria têxtil.

Os registros históricos que falam sobre as mulheres nas fábricas do Brasil, em seu processo de industrialização, quase sempre tendem a desconsiderar a

mobilização política desse segmento, assim como sua fundamental influência na organização das greves. O que se tem são relatos que evidenciam a infelicidade e fragilidade das mulheres operárias. De acordo com Margareth Rago (2015, p. 579):

Lidamos muito mais com a construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras do que com a sua própria percepção de sua condição social, sexual e individual. Não é à toa que, até recentemente, falar das trabalhadoras urbanas no Brasil significava retratar um mundo de opressão e exploração demasiada, em que elas apareciam como figuras vitimizadas e sem nenhuma possibilidade de resistência.

Porém, como bem diz Figueiredo (2015, p.184) “ao investigar essa história, descortina-se um universo de significativa participação das mulheres”. Nessa realidade de industrialização, as mulheres sempre estiveram presentes no universo das fábricas, principalmente nas indústrias de tecelagem e fiação e sempre lutaram, da maneira possível, considerando o contexto histórico.

Para Margareth Rago (2015), poucas pessoas que escreveram sobre o processo de industrialização do Brasil e sobre a forte presença das mulheres nas fábricas, consideraram a atuação das militantes operárias, como Otávia e Rosinha Lituana, principais personagens do romance *Parque Industrial*¹⁶ escrito por Patrícia Galvão (Pagú).

Para além de estarem presentes nas fábricas, algumas mulheres, que eram costureiras, trabalhavam em casa, com carga horária de até 18 horas, para alguma alfaiataria ou fábrica de chapéu. O que, para os donos das fábricas, era um ótimo negócio, pois, com esse tipo de produção, evitavam pagar determinados impostos. Para algumas mulheres, além de todas essas horas de trabalho, ainda era necessário atuar na prostituição, para complementar a renda.

À medida que avança a industrialização, a mão de obra feminina vai sendo, aos poucos, substituída pela força de trabalho masculina, pois, segundo Margareth Rago (2015, p. 581), “as barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencem”.

¹⁶ Romance de estreia de Patrícia Galvão. É o primeiro romance proletário da literatura brasileira, ou seja, que tinha como tema personagens, problemática e ambientação ligados à classe operária. (Disponível em: <http://www.pagu.com.br/blog/obras-e-textos-pagu/parque-industrial>).

E sobre esses enfrentamentos vivenciados pelas mulheres, para permanecerem nesses espaços, a referida autora continua:

Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como “naturalmente masculino”. Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção; começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família. (Margareth Rago, 2015, p.582).

Em meados do século XIX, com base em valores burgueses, é criado um modelo de mulher em que se exaltam virtudes como a castidade e os excessos de dedicação e esforço. Porém, para Margareth Rago (2014, p. 88):

Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa mãe-mãe-dona-de-casa, afetiva, mas assexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrem nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço público das ruas, das praças, dos acontecimentos da vida social, nos teatros, cafés, e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho.

Dessa forma, é possível perceber que, a construção histórica das mulheres trabalhadoras, além do considerável discurso de vitimização das mulheres, há uma questão que se refere à moralidade social, pois o trabalho fora de casa representa uma ameaça à honra feminina. Nesse contexto, o trabalho das mulheres, fora da esfera doméstica, alcançou um espaço de discussão com outras temáticas ligadas à sexualidade, como o adultério, a virgindade, o casamento e a prostituição.

Muitos foram os obstáculos e códigos de condutas criados para impedir que as mulheres estivessem nos espaços públicos urbanos. Nesse período, estrategicamente, a figura da prostituta é refeita, para determinar limites ao comportamento das mulheres. De acordo com Margareth Rago (2008, p. 44):

O homem no espaço público foi sempre percebido positivamente, através da imagem do trabalhador e do político, segundo o ideário liberal. A mulher fora do lar, sobretudo se desacompanhada, precisou prestar muita atenção aos seus gestos, aparência, roupas, para não ser confundida com a figura dissoluta, excêntrica da prostituta, “mulher pública”.

Com isso, a figura da prostituta aparece, então, como uma maneira de dividir as mulheres em categorias morais, como: “mulher honesta” e “mulher da vida”, associando facilmente as funções laborais, executadas por mulheres fora do lar, à prostituição.

No século XIX, os padrões de comportamentos e valores eram muito rígidos, valorizando a monogamia e a virgindade da mulher. A prostituição, nesse período, mostrava-se como uma ocupação que propiciava uma condição mais autônoma e independente, em termos sexuais, econômicos e emocionais. Era uma opção por vezes mais rentável e que ainda oferecia oportunidades de participar de assuntos e eventos que eram monopolizados pelo universo masculino.

Possuía também diversas funções sociais, atuando a um só tempo como resistência ao ideal da mulher frágil e submissa e como forma de manter valores morais. Assim, por todo esse contexto social e econômico, muitas mulheres se tornavam prostitutas, conforme aponta Magalí Engel (1989), complementando esse pensamento.

Com a amplitude que a prostituição havia tomado, o fenômeno passa a ser considerado um problema público, atrelado ao crescimento urbano e ao progresso, porém, como afirma Margareth Rago (2008), o lado negativo do progresso, e foi transformado em poderoso *fantasma* de contenção de mulheres que pressionavam para ingressar na esfera da vida pública.

Ainda nesse contexto, e sobre as figuras relacionadas à prostituição, Margareth Rago (2008, p.41) pontua que:

[...] *figura da modernidade*, passava a ser associada à extrema liberalização dos costumes nas sociedades civilizadas, à desconexão com os vínculos sociais tradicionais e à multiplicidade de novas práticas sexuais. Figura pública por excelência, podia comercializar o próprio corpo como desejava, dissociando prazer e amor, aventurando-se, através da livre troca pelo dinheiro [...]

Em meados do século XIX, a prostituição desperta forte interesse em médicos, juristas, criminologistas, literatos e jornalistas e, de acordo com Margareth Rago (2008), isso se deu devido à preocupação com a moralidade pública, mais

especificamente, com a definição dos códigos de conduta da mulher, num momento de intenso crescimento urbano-industrial.

Na cidade de São Paulo do século XIX, os principais pontos de prostituição localizavam-se na região central; nas grandes áreas de concentração do capital financeiro, próximos a bares, cabarés, teatros e cinemas, atraindo assim políticos, coronéis, estudantes, trabalhadores e também marginais. As prostitutas que frequentavam esses espaços eram influenciadas pelo paradigma das poderosas prostitutas francesas.

O centro de São Paulo era, assim, ocupado pelas prostitutas. Como aponta Margareth Rago (2009, p. 96):

procuravam exhibir-se ostensivamente, como Marcelle d'Avreux, desfilar em carros abertos, expor o corpo ornamentado, aos olhares curiosos nos espaços elegantes da vida boêmia, ou nas ruas ocupadas pelo baixo meretrício. Exibir-se como mercadoria significava ainda revelar o *status* social da meretriz, propagandeando-se.

Na virada do século, nas ruas Libero Badaró (antiga rua São José), Senador Feijó, rua da Esperança (atual Praça da Sé), Caixa d'Água, rua da Conceição, notava-se a presença de prostitutas que, de dentro de "suas casinhas baixas", convidavam os homens que passavam por essas ruas a entrar.

Havia os locais e horários determinados para as prostitutas mais luxuosas e refinadas frequentarem, separadamente daqueles em que se exibiam as prostitutas que atuavam no baixo meretrício¹⁷. Como afirma Margareth Rago (2008, p.135), "definiam-se os horários em que as prostitutas pobres poderiam aparecer publicamente e procurava-se isolar do mundo exterior o espaço das relações ilícitas".

Com a reforma urbana do centro da cidade, em 1911, os pontos de prostituição expandiram-se para localidades mais extremas da cidade, assim, as prostitutas, principalmente as de baixo meretrício, foram sendo empurradas para lugares mais distantes da cidade. Na época, o prefeito da cidade era Antônio Prado

¹⁷ Região que abriga casas ou pontos de prostituição e o valor do programa geralmente é mais baixo.

e seu objetivo, com a proposta de reforma urbana era, segundo Margareth Rago (2009, p.100):

[...] construir um centro burguês, com ruas largas e fachadas clássicas, levou a desapropriação de vários prédios do barão de Duprat, situados naquela artéria, enquanto a construção da catedral da Sé provocou o desaparecimento das ruas Esperança e Imperador, onde se instalavam as “mariposas do amor”.

Assim, já no ano de 1913, havia se alterado completamente a geografia da prostituição na cidade de São Paulo. Com isso, as prostitutas espalharam-se pelas ruas Ipiranga, Timbiras, Amador Bueno. Já o baixo meretrício¹⁸ localizava-se entre as ruas Senador Feijó, Riachuelo, ladeiras Riachuelo e de São Francisco, até o Piques, no largo da Memória, que era o ponto das prostitutas negras. Já as prostitutas que cobravam um valor mais baixo de seus clientes, situavam-se no Brás, nas ruas Cruz Branca e Chavantes (Margareth RAGO, 2009).

As casas de prostituição da época, os cabarés e cafés-concerto, que em sua maioria exibiam prostitutas estrangeiras e luxuosas, e onde desfilavam lindas mulheres elegantes, brilhando em seus vestidos e com joias caras (Margareth RAGO, 2009), expandiam-se por diversos pontos da cidade. Alguns estavam localizados nas regiões periféricas, como, por exemplo, o Salomé, na zona norte, enquanto outros permaneciam na região central, como o cabaré de luxo Auberge de Marianne, localizado na rua Sete de Abril.

Com o avanço do progresso e da modernidade, a prostituição passa por muitas transformações, tornando-se um negócio altamente lucrativo. Nesse sentido, a imagem da prostituta que se dissemina no imaginário da sociedade da época, e perdura até hoje, é a figura da prostituta francesa, que, como aponta Margareth Rago (2009, p.118),

Mulher experiente e misteriosa, diante da qual mesmo os homens mais abastados e vividos se tornavam provincianos, passava a ser responsabilizada por todos os novos vícios que se difundiam com o crescimento da vida boêmia na cidade.

¹⁸ Região que abriga casas ou pontos de prostituição, com valores dos programas geralmente mais baixos.

Dessa forma, com a amplitude que havia tomado, essa prática passa a despertar ainda mais interesse por representantes do saber médico higienista e por criminologistas.

Aos médicos, cabia investigar e apontar as patologias existentes nas prostitutas, tanto física, especificamente as doenças venéreas, quanto as mentais, para assim relacionar, cientificamente, as prostitutas a mulheres loucas, depravadas e histéricas, que certamente sofriam de algum mal, para negar seu papel natural de mães e esposas dedicadas. Histeria essa que sempre foi vinculada ao sistema reprodutivo das mulheres, pois, como menciona Carla Cristina Garcia (1995, p. 48):

[...] a ligação entre mulher e enfermidade não foi uma invenção do século XIX. Já no início do século XVII, Edward Jorden, na Inglaterra, e Johannes Wier, na Alemanha, argumentavam que as feiticeiras, na verdade não estavam fisicamente possuídas pelo demônio, mas sofriam de uma doença orgânica, a *hysteria*, devido a distúrbios em seu sistema reprodutivo.

Aos criminologistas e policiais cabia, pois, a vigilância e a responsabilidade de manter a ordem da cidade, combatendo toda e qualquer forma de baderna, perturbação da ordem, imoralidade e criminalização. E como as mulheres que atuavam na prostituição, desde a São Paulo colonial, eram consideradas escórias da sociedade e tratadas como criminosas, no início do século XX havia fortes controle e vigilância sobre essas mulheres e, assim, as que não seguiam “as regras”, eram atuadas nas delegacias de costumes existentes na época. Essas unidades eram responsáveis por investigar, punir e prevenir ações que colocassem em risco a moralidade pública.

Desde o século XVII, portanto, havia uma intervenção do saber médico relacionado diretamente com as mulheres e seus comportamentos, porém, somente a partir do ano de 1830, é que a medicina se volta, prioritariamente, para questões relacionadas à vida nas cidades. Como bem destaca Magali Engel (2004, p. 53):

As origens de uma produção médica voltada, prioritariamente, para questões relacionadas ao cotidiano urbano situam-se na década de 1830, com a criação da Academia Imperial de Medicina e da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Assim, como já havia forte intervenção da medicina sobre as mulheres e o cotidiano das cidades, acentua-se a investigação e o monitoramento sobre as mulheres de vida pública e do mundo da prostituição. Isso ocorre com o objetivo de represar essa prática, para se ter controle sobre esta, impedindo que se tornasse clandestina e desconhecida.

No Brasil, a medicina sanitaria e de controle é fortemente influenciada pelo médico francês Alexandre Parent-Duchâtelet¹⁹. Sua principal produção *La Prostitution à Paris au XIX Siècle*, era muito utilizada por quem se dizia especialista na temática. De acordo com Margareth Rago (2014, p. 116), o médico francês:

Defensor ardente do projeto “regulamentarista” aplicado na França desde início do século XIX, realiza um minucioso estudo sobre as origens da prostituição, a vida cotidiana das meretrizes, faz um levantamento estatístico de sua proveniência, idade, estado civil, profissão, hábitos, clientela, e preconiza as formas de controle das condutas sexuais extraconjugais, confinadas nas casas de tolerância e nos bordéis registrados pela polícia (aspas do original).

Seguindo as influências já apontadas, os médicos sanitaristas brasileiros se debruçaram sob o mundo da prostituição, realizando intensa investigação sobre suas origens; a classe social à qual as mulheres pertenciam; a maneira como elas viviam; diagnosticando suas doenças; buscando saber os motivos pelos quais essas mulheres se prostituíam. Enfim, objetivando acumular todo um conhecimento sobre a mulher, em todos os sentidos, e elaborando assim o estereótipo da puta. Para além disso, de acordo com Magalli Engel (2004, p. 64),

Pela trajetória do tema da prostituição nos meios acadêmicos da medicina podemos observar a presença de uma tendência no sentido de associar *prostituição a moléstias venéreas*. Tal aspecto apresenta-se como um dado fundamental não só para que o estudo da prostituição pudesse ser plenamente absorvido nos espaços de produção de conhecimento médico mas também para que *legitimasse* uma atuação *saneadora* do médico.

¹⁹ Médico francês, especialista em esgotos e na higienização da cidade de Paris/França, identifica a prostituição com as imundices do submundo e reflete a nova obsessão com os miasmas e com o lixo, que apavoram as classes dominantes. (Margareth Rago, 2014, p.116).

Para realizar as análises descritas no trecho acima descrito e apontar os resultados das pesquisas, os médicos sanitaristas contavam com o auxílio da polícia, principalmente no que se refere aos dados estatísticos, pois, quando as prostitutas eram obrigadas a se registrar nas delegacias de costumes, a polícia tinha acesso a várias informações sobre elas e, assim, com base no saber médico-policial, considerou-se que a maioria das mulheres que se prostituíam fazia parte das camadas mais baixas da população.

É possível imaginar que o motivo pelo qual chegaram a essa conclusão, é o fato de não ser comum que as prostitutas consideradas mais luxuosas, que estavam inseridas nos cabarés e nos famosos cafés-concerto, tivessem registro policial. E sobre a imagem das mulheres pobres que atuavam na prostituição, Margareth Rago (2014, p.118) destaca:

Evidentemente, a mulher pobre que se prostitui é associada à imagem da criança ou do selvagem que necessita dos cuidados do Estado e das classes dominantes na condução da sua vida. Imatura, ela é uma pessoa desorientada que se perdeu na vida e que precisa dos socorros dos especialistas para reencontrar o bom caminho e reintegrar-se na sociedade.

Ainda com base nos ensinamentos do médico francês Alexandre Parent-Duchâtelet, no Rio de Janeiro, o Dr. Francisco Ferraz de Macedo realiza um estudo sobre a prostituição carioca, em que classifica as prostitutas e as divide em: difíceis, que estão subdivididas em trabalhadoras (floristas, modistas, costureiras, vendedoras de charuto, figurantes de teatro, etc.) e ociosas (isoladas em casa, aristocráticas, reunidas em hotéis); as fáceis (prostitutas de colégios, de sobrados, de estalagens, bordéis, etc); e a terceira classe, as fácilimas (prostitutas inferiores, reformadas ou gastas, de zungus²⁰, amancebadas).

E, assim, a literatura prostitucional foi então elaborando algumas características específicas sobre as mulheres públicas, e que foram sendo disseminadas e bastante aceitas em um contexto universal daquele momento histórico. Uma das principais características elaboradas pelo saber médico e que ainda faz parte do imaginário social é, por exemplo, a preguiça. De acordo com o

²⁰ “habitação sombria, verdadeiro antro de paredes enegrecidas pela fumaça de fogareiros e nauseabundos cachimbos dos frequentadores e habitantes [...]” Margareth Rago apud MACEDO, 2014, p.120).

senso comum, são totalmente contrárias ao trabalho, por isso, não é à toa que as mulheres que atuam na prostituição, até hoje, são conhecidas pelo estereótipo de “mulher de vida fácil”.

Outras marcas, que ainda estão fortemente presentes, quando é falado ou pensado em prostitutas, é o fato de que essas mulheres vivem em função da satisfação de seus desejos; possuem vasto conhecimento, em se tratando de relações sexuais; são simpatizantes do álcool, cigarro, e todo tipo de extravagâncias; gostam de estar sempre perfumadas e enfeitadas, preferem a agitação, os lugares com intensa movimentação de pessoas, são mulheres desprovidas de capacidade intelectual; que não pensam; são irracionais.

Evidentemente, a imagem da prostituta é elaborada de maneira que seja o oposto à da mulher honesta, mãe e dona de casa. Desta forma, como bem pontua Margareth Rago (2014, p. 122):

O retrato da mulher pública é construído em oposição ao da mulher honesta, casada e boa mãe, laboriosa, fiel e dessexualizada. A prostituta construída pelo discurso médico simboliza a negação dos valores dominantes, “pária da sociedade” que ameaça subverter a boa ordem do mundo masculino.

Nesse contexto, são elaborados diversos estudos buscando provar, por meio da antropologia criminal, que as prostitutas possuem formação do cérebro diferente das pessoas “normais”. Já que, de acordo com os estudos de Cesare Lombroso²¹ as prostitutas possuíam características específicas, tais como uma fraca capacidade craniana e têm as mandíbulas bem mais pesadas que as das mulheres honestas.

Já que possuíam todas as características antes apontadas e representavam um perigo, porém necessário, para a sociedade burguesa, as prostitutas deveriam ser confinadas em bordéis, espaços higiênicos, reservados para práticas sexuais consideradas ilícitas, e também deveriam ser controlados pela polícia e vigiados pelos médicos sanitaristas.

Os programas eugenistas, desenvolvidos no início do século XX, no Brasil, preocupam-se com a vigilância e o controle da prostituição. Sob a inspiração de um sistema francês, que visava regulamentar e domesticar as práticas sexuais, o Brasil

²¹ Médico higienista, psiquiatra, especializado em estudar a criminalidade.

adere a esse sistema, no sentido de impor controle e disciplina às prostitutas. Desta forma, o ideal regulamentarista:

Pretende, então, estabelecer uma linha divisória nítida entre a prostituição institucionalizada e tolerada e a clandestina, que deveria ser eliminada. O ideal de puta para os regulamentaristas é a mulher recatada e dessexualizada, que cumpre seus deveres profissionais, mas sem sentir prazer e sem gostar de sua atividade sexual. (Margareth Rago, 2014, p.124).

Para os regulamentaristas, os bordeis deveriam se concentrar em bairros separados e distantes de escolas, igrejas e de áreas com grande concentração de residências. Confinadas nesses espaços e com pouca permissão para sair, as prostitutas deveriam, obrigatoriamente, ser registradas na polícia e, sempre que solicitado, apresentar carteira sanitária de identificação, em que constasse:

[...] seus dados pessoais, nome real, idade, profissão atual ou anterior, naturalidade, estado civil. No caso de serem vítimas de alguma moléstia, receberiam tratamento adequado, e as que não se submetessem aos exames médicos obrigatoriamente seriam multadas. (Margareth Rago, 2014, p.125).

Ainda sobre a condição dessas mulheres e os objetivos do sistema regulamentarista, Magali Engel (2004, p.110) pontua:

A obrigatoriedade da inscrição das prostitutas na polícia, bem como seu isolamento em determinadas áreas da cidade, revelam uma preocupação no sentido de delimitar o espaço da prostituição pública, tornando-o mais facilmente reconhecível controlável. A intenção de criar mecanismos de diferenciação entre a prostituição pública e a clandestina apresenta-se como uma das características mais importantes do projeto regulamentarista.

O trabalho elaborado pelo delegado da cidade de São Paulo, Cândido Motta, em 1897, intitulado *Classificação dos Criminosos*, e influenciado pelo pensamento de Cesare Lombroso, apresenta um regulamento provisório, destinado às prostitutas, que dizia:

a) Que não são permitidos os hotéis ou conventilhos, podendo as mulheres públicas viver unicamente em domicílio particular, em número nunca excedente a três.

- b)** As janelas de suas casas deverão ser guarnecidas, por dentro, de cortinas duplas e por fora de persianas.
- c)** Não é permitido chamar ou provocar os transeuntes por gestos e palavras e entabular conversação com os mesmos.
- d)** Das 6 horas da tarde às 6 horas da manhã nos meses de abril a setembro, inclusive, e das 7 horas da tarde às 7 horas da manhã nos demais deverão ter as persianas fechadas, de modo aos transeuntes não devassarem o interior das casas, não lhes sendo permitido conservarem-se às portas.
- e)** Deveram guardar toda decência no trajar uma vez que se apresentem às janelas ou saiam à rua, para o que deverão usar de vestuários que resguardem completamente o corpo e o busto.
- f)** Nos teatros e divertimentos públicos que frequentarem deverão guardar todo recato, não lhes sendo permitido entabular conversação com homens nos corredores ou nos lugares em que possam ser observados pelo público. (FONSECA, 1982,p.170).

Por meio desse regulamento, é possível observar a maneira como as tentativas de controle e vigilância dessas mulheres se dava em diversos âmbitos, como: locais e formas de morar; horários em que era permitido sua aparição; assim como maneiras de se vestir e se comportar em público. Dessa forma, se dava o sistema regulamentarista de controle da prostituição.

De acordo com Margareth Rago (2009), tal regulamento foi distribuído entre mulheres que residiam na região considerada como baixo meretrício da cidade de São Paulo, mais especificamente nas ruas Libero Badaró, Benjamin Constant, Senador Feijó, Quintino Bocaiúva; rua do Teatro, do Quartel, da Esperança e também as que moravam no Beco dos Mosquitos, localizado próximo à região da atual Praça da Sé.

As intervenções do poder público relativas ao controle das práticas sexuais consideradas ilícitas, e a aplicação do regulamento apresentado, se dava de maneira mais intensificada, quando se tratava de prostitutas pobres.

Havia determinações sobre o horário em que essas mulheres podiam aparecer publicamente; sobre sua aparência física, com especificações para suas roupas “nem muito curtas, nem muito decotadas”; assim como “recato e silêncio” quando estivessem em locais públicos. De acordo com Margareth Rago (2009, p.146),

É visível que o alvo de atuação desses poderes era a prostituição pobre, as “pensões alegres”, tavernas, “casas de tolerância” que compunham a

geografia do baixo meretrício e que, eventualmente, se estendiam a outros bairros populares da cidade.

Quanto às determinações de comportamento das prostitutas em locais públicos impostas pelo regulamento, Margareth Rago (2009, p.136), pontua que:

A prostituta era tão reificada pelos investimentos estratégicos do poder de controle de sua aparência quanto nas relações sexuais com os fregueses. O papel a ser representado era o não papel, a não existência, para não ser percebida pela multidão e não se destacar de outras mulheres, silenciosas como ela.

A partir do ano de 1920, no Brasil, intensificam-se críticas relativas ao sistema regulamentarista, com o adensamento de debates, principalmente entre os médicos, sobre um sistema antiregulamentarista que discute a abolição da prostituição.

Regulamentar implica não só tolerar a prostituição mas também favorecê-la, tornando-a mais ameaçadora. A regulamentação, através da inscrição e da visita médica, transformaria um comércio “imoral” e “infame” numa profissão regular e legítima e, ao invés de combater o *mal*, ampliará os riscos de *contaminação*. (Magali Engel, 2004, p.120, aspas e itálicos nossos).

Os adeptos do sistema abolicionista também pontuavam que:

[...] o antigo método de vigilância da prostituição comportava inúmeras falhas: em primeiro lugar, visava apenas à mulher, perseguindo-a por um tipo de relação em que o homem também estava envolvido. [...]. Além disso, o resultado do sistema regulamentarista então adotado foi o oposto do que se propusera: a prostituição clandestina aumentara a olhos vistos, tanto aqui quanto em outros países. (Margareth Rago, 2014, p.127).

Com isso, observa-se que o debate existente no Brasil entre regulamentaristas e abolicionista, em torno da prostituição, é prática antiga. As pautas atuais, defendidas pelos respectivos segmentos de discussões, modificaram-se, porém, é válido realizar uma reflexão e relacionar o debate atual com a origem dessa discussão, compreendendo que alguns pontos ainda permanecem. Como, por exemplo, a possibilidade de controle, por parte do Estado, por meio da

regulamentação e o discurso vitimista, no que se refere ao papel ocupado pelas mulheres, na prostituição, dos adeptos da vertente abolicionista.

Como já apontado, o debate em torno da regulamentação da prostituição no Brasil está em pauta a mais de um século. Deve-se destacar que, nas primeiras décadas do século XX, especificamente em 1913, o vereador Armando Prado apresentou, à Câmara Municipal de São Paulo, um projeto de regulamentação da prostituição, baseado no do vereador José Oswald, de 1908. Certamente, nesses debates anteriores, não estavam em pauta questões discutidas atualmente, como o direito trabalhista das prostitutas.

O projeto apresentado por Armando Prado propunha ações de controle ainda mais rígidas do que o regulamento de Cândido Motta, entretanto, foi reprovado. Seus principais itens determinavam que:

[...] se proibisse a localização das casas de tolerância nas proximidades dos quartéis, escolas, fábricas, templos religiosos, estabelecimentos de diversão pública, teatros, praças e ruas muito movimentadas. Controlava-se o nomadismo das prostitutas, interditando sua mudança residencial sem o consentimento da Polícia de Costumes. Impedia-se a realização de bailes, festas que perturbassem as vizinhanças dos bordéis. Exigia-se o registro de toda casa de tolerância, com o fichamento minucioso de todo o pessoal que aí vivesse. As mulheres deveriam submeter-se a exames médicos periódicos, e as que estivessem contaminadas com sífilis ou outra doença venérea seriam proibidas de exercer suas atividades profissionais, sendo transferidas para hospitais²². (Margareth Rago, 2009, p.149).

O fato de o projeto não ter sido aprovado pela Câmara dos Vereadores e também da intensificação dos debates antiregulamentarista, não significa que diminuíram as intervenções policiais sobre o mundo da prostituição. Até porque, considerada um “mal necessário”, a prostituição deveria ser tolerada, porém controlada e subjugada ao império da razão e da violência policial (Margareth Rago, 2009).

Com o avanço do sistema capitalista e o crescimento urbano-industrial, cada vez mais os “indesejáveis” foram sendo expulsos dos centros urbanos. Nos anos de 1930, a prostituição exercida por mulheres pobres, o baixo meretrício, é desalojado do centro de São Paulo.

²² Para ter acesso ao texto completo, ver Guido Fonseca (1982, p.173 a 177).

A expansão da cidade fez com que a localização dos espaços marginais fossem transferidos para as periferias. No ano de 1940, as prostitutas pobres da cidade de São Paulo são confinadas ao bairro do Bom Retiro, próximo às estações ferroviárias Júlio Prestes e da Luz. As ruas escolhidas foram a Itaboca²³ e a Aimoré, estendendo-se a zona, também, pelas ruas Carmo Cintra e parte da Ribeiro de Lima (FONSECA, 1982, p. 210).

É muito provável que o objetivo de confinar as prostitutas pobres em um só lugar era facilitar as ações de controle da polícia de costumes. De acordo com as autoridades da época, essa medida de confinamento era necessária, não só por facilitar o policiamento, como também por oferecer um interessante campo para estudos sociais, defendendo, ao mesmo tempo, a ordem e a moralidade pública²⁴.

O confinamento das prostitutas no bairro do Bom Retiro, concentrava um grande número de mulheres e de espaços de prática da prostituição. De acordo com Fonseca (1982, p. 211):

No zoneamento do Bom Retiro haviam, aproximadamente, 150 casas abrigando mais de 1.000 mulheres. Em levantamento feito em 1948, foi constatado 73 prédios na Aimoré, 40 na Itaboca, 40 na Carmo Cintra e apenas 3 na Rua Ribeiro de Lima, que serviam de prostíbulos. Prostituíam-se 576 mulheres na Rua Aimorés, 374 na Itaboca, 102 na Carmo Cintra e 19 na Ribeiro de Lima [...].

O bairro do Bom Retiro permanece como espaço de confinamento das prostitutas até o início de 1954 e a sua extinção também se apresenta como a finalização de uma fase da história da prostituição na cidade de São Paulo. Desde então, não há mais determinações específicas sobre espaços reservados para a prática da prostituição.

Com isso, as prostitutas tiveram que se lançar às ruas, praticando o *trottoir*, espalhando-se por diversos bairros onde, isoladas, ficavam ainda mais expostas às arbitrariedades policiais (Margareth Rago, 2009).

²³ Com o desconfinamento da zona do meretrício do Bom Retiro, essa rua recebeu o nome de Professor Cesare Lombroso, em homenagem ao médico higienista (FONSECA, 1982).

²⁴ Trecho de relatório enviado ao então Presidente da República, Getúlio Vargas, pelo interventor federal de São Paulo, Adhemar de Barros, justificando o confinamento dessas mulheres no Bairro do Bom Retiro. (FONSECA, 1982).

É válido pontuar que a extinção da zona do meretrício não aconteceu sem enfrentamento e resistência, por parte das prostitutas. De acordo com Margareth Rago (2009), muitas prostitutas saíram às ruas em passeata, como maneira de resistir à expulsão das casas em que viviam e trabalhavam.

1.1 E as Prostitutas se Organizam

No Brasil, o movimento organizado de prostitutas tem sua origem na cidade de São Paulo, no ano de 1979, período marcado por forte repressão da Ditadura Civil-Militar²⁵ (1964 a 1985) e pela atuação do movimento feminista, no enfrentamento das diversas demandas sobre a condição feminina.

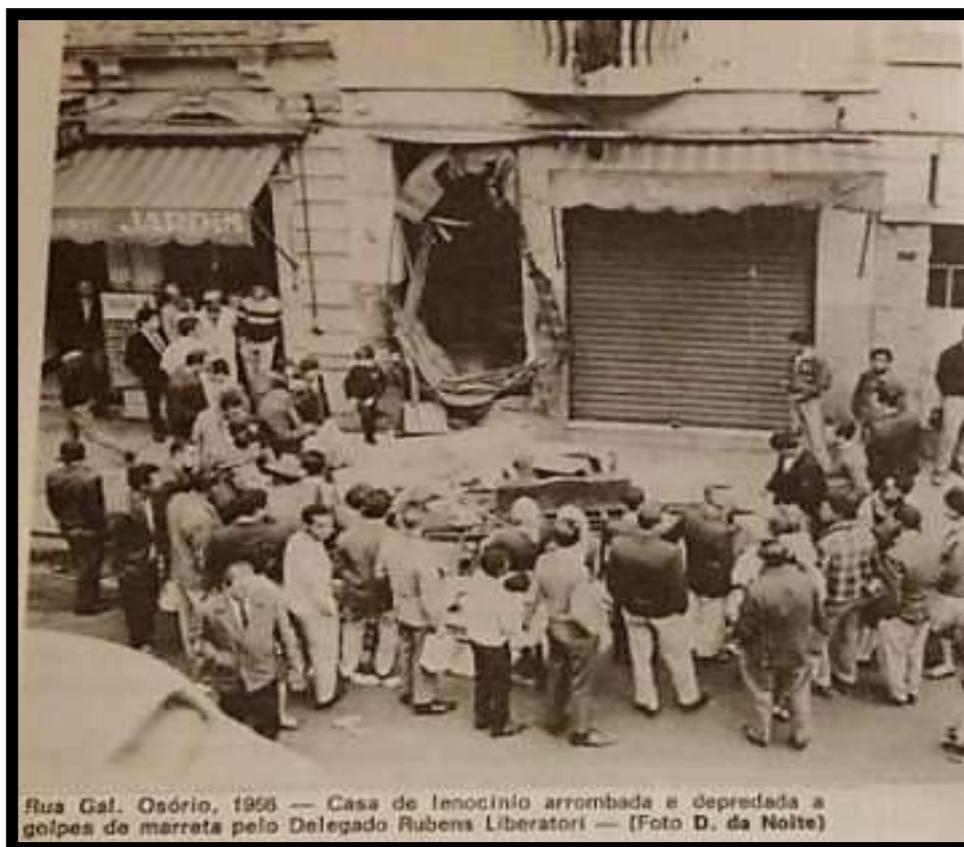
No que se refere à organização do movimento de prostitutas em outros países²⁶, Letícia Barreto (2016, p. 198) aponta que:

As décadas de 1960, 1970 e 1980 assistiram ao surgimento de movimentos de prostitutas em diversas partes do mundo, produzindo novas formas de se pensar e intervir sobre a prostituição. Esse processo apresentou características específicas em cada localidade, embora seja possível observar a frequência de sua origem na luta contra as violências policiais e o vínculo inicial com grupos religiosos.

²⁵ Denomina-se Ditadura Civil-Militar, “instaurada no 1º de abril foi o regime político que melhor atendia aos interesses do grande capital: por isto, deve ser entendido como uma forma de autocracia burguesa ou, ainda, como a ditadura do grande capital”. (NETTO, 2014, p.74).

²⁶ Para melhor compreensão da temática, ler Letícia Barreto: *Surgimento dos Movimentos de Prostitutas (1964-1989): Ditadura, Feminismos, Violência e Religião* (2016).

FIGURA 1 – Repressão à prostituição na rua Gal. Osório, em 1966



Fonte: Franco, H. (2017). (JOANIDES, H. Boca do lixo. São Paulo: Ed. Populares, 1977)

A manifestação de prostitutas, que ocorreu em 1979, iniciou-se a partir do desaparecimento de duas mulheres que atuavam na prostituição, na região denominada Boca do Lixo²⁷.

Uma das pessoas importantes para o movimento de prostitutas foi Gabriela Leite (2009, p. 74), que inclusive iniciou sua atuação como prostituta na Boca do Lixo.

Eram tempos de ditadura, e nessa época a polícia instituiu um toque de recolher na Boca do Lixo: as prostitutas não poderiam ficar na rua depois

²⁷ Localizada na região central, no quadrilátero formado pelas ruas Duque de Caxias, Timbirás, São João e Protestante, região atualmente conhecida como Cracolândia. A região da Boca do Lixo também já foi considerada um polo cinematográfico, com a instalação de empresas do ramo de cinema, entre os anos de 1920 e 1930, chegando a seu auge de produção, entre as décadas de 1960 e 1970. (Disponível em: <https://www.vix.com.br>. Acesso em: 19 dez. 2018).

das dez da noite. Ou as meninas deixavam o prédio²⁸ correndo na direção do ponto de ônibus antes desse horário ou saíam depois e se arriscavam a ser presas e tomar uma surra dentro do camburão, estivessem ou não fazendo programa. Aliás, qualquer mulher, se estivesse naquela região depois do toque de recolher, seria considerada prostituta.

Ainda de acordo com os relatos de Gabriele Leite (2009), em uma dessas batidas, em que a polícia encontrou prostitutas na rua, após o horário estipulado, sumiram duas delas, que entraram no camburão e nunca mais foram vistas. Uma estava grávida.

O desaparecimento dessas mulheres, serviu como desencadeador da manifestação em que as prostitutas também reivindicavam melhores condições de trabalho, o fim das extorsões e dos maus-tratos. De acordo com Letícia Barreto (2016), cerca de cem prostitutas da Boca do Lixo percorreram o Centro de São Paulo, chegando até a Seccional da Polícia. Sobre a participação nessa manifestação, Gabriela Leite (2009, p.75) ainda pontua:

Estavam todos sofrendo muito com tudo aquilo, é nessas horas que as pessoas conseguem se mexer, nunca antes, só depois da porrada. O boca a boca correu rápido. Donos de bares, garçons, cafetinas, malandros, travestis... a Boca do Lixo e a Boca do Luxo²⁹ se juntaram em nome das prostitutas.

E sobre a repercussão do ato, Gabriela Leite (2009, p. 76) continua:

E a repressão foi ainda mais braba, a polícia imediatamente mandou fechar os prédios. Mas a imprensa, os artistas, que, apesar da vizinhança, haviam se aproximado, se tornaram nossos maiores aliados [...] A manifestação por um lado havia sido um sucesso, pois agora todo mundo estava sabendo do nosso problema. Mas por outro o arrocho aumentava [...].

Após a referida manifestação, foi realizada, no Teatro Ruth Escobar, localizado no bairro do Bixiga, uma plenária que contou com a presença de prostitutas, travestis, feministas, assim como da imprensa para registrar a atividade. Todo tipo de gente reuniu-se contra a repressão. Mais uma vez, a repercussão foi

²⁸ Quando Gabriela Leite (2009) se refere a prédio, eram os edifícios localizados no centro de São Paulo, destinados a prática da prostituição.

²⁹ Rego Freitas, Major Sertório, Amaral Gurgel, General Jardim, Santa Isabel e parte do Largo do Arouche.

imediatamente. Entretanto, apesar dos diversos depoimentos relatando as ações truculentas da polícia e das duas mulheres não terem aparecido, os policiais negavam as acusações que sofriam. Mas, como repercussão dessa plenária, o delegado que atuava na Boca do Lixo foi afastado (Gabriela Leite, 2009).

No ano de 1980, o centro de São Paulo estava sob o comando policial do delegado José Wilson Richetti, que marcou o período pela realização de rondas policiais com o objetivo de perseguir os grupos marginalizados, porém, de acordo com Letícia Barreto (2016, p.116):

A repressão se intensificou a partir de junho de 1980, durante o governo estadual de Paulo Maluf, com a visita do Papa João Paulo II à cidade e a execução da política “Limpeza”, apelidada de “Rondão” para “limpar” o centro da presença de prostitutas, travestis e homossexuais. Sob a acusação de contravenção penal de vadiagem, cerca de 300 a 500 pessoas eram levadas por dia à delegacia, podendo ser decretada prisão cautelar.

Assim, como forma de protesto aos rondões, em junho de 1980, prostitutas e travestis organizavam-se para sair em manifestação rumo à Praça Júlio Mesquita. O primeiro encontro brasileiro de prostitutas aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1987, e teve influência organizacional de Gabriela Leite e outras prostitutas, que atuavam tanto na Vila Mimosa³⁰, como em outras regiões do País (Fig. 2). Conforme pontua Olivar (2013, p. 205): “Gabriela Leite era já uma figura pública, depois de ter participado dos levantes na Boca do Lixo, em São Paulo, em 1979, e da organização das mulheres na Vila Mimosa, no Rio de Janeiro, dos primeiros anos de 1980”.

Sobre a participação no primeiro encontro de prostitutas, Olivar (2013, p. 2015), expõe que: “No Brasil, setenta mulheres de 11 estados fizeram parte do evento que deu início ao importante movimento organizado de prostitutas, e cujo principal objetivo era a luta contra violência policial”.

³⁰ Região do Rio de Janeiro, marcada pela forte presença da prostituição. (Fonte: LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta**, 2009).

FIGURA 2 – I Encontro Nacional de Prostitutas (1987)



Fonte: www.facebook.com/gempacpa (Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará).

Sobre o referido encontro, Gabriela Leite (2009, p.149) afirma:

A sociedade nos viu organizadas em nome da nossa profissão. Nós nos vimos assim pela primeira vez. Foi um evento maduro e bem-feito. Eu acho que aquele era o momento certo. Estava no inconsciente coletivo, a sociedade precisava dar um grande passo em relação à puta. Nós fomos abrindo caminho, saímos do escuro para praticamente um estrelato.

A partir de então, cresce a movimentação das prostitutas, nas diferentes regiões do País, com a realização de outros encontros. Na cidade de Recife/PE, em 1988, acontece o I Encontro Norte-Nordeste de Prostitutas³¹. Em Porto Alegre/RS, no ano de 1990, ocorre o I Encontro Geral de Prostitutas, com a publicação dos estatutos da Associação Gaúcha de Prostitutas (AGP). Ainda no final de 1990, novamente no Rio de Janeiro, foi realizado o II Encontro Nacional de Prostitutas. O I Encontro de Mulheres Prostitutas do Pará acontece em 1991 (OLIVAR, 2013).

O III Encontro Nacional é realizado em 1994. Nesse evento, que tem como forte influência o Programa Nacional de Doença Sexualmente Transmissível (DST)- Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Sida)/em inglês: Acquired

³¹ Na ocasião, foi lançado o jornal *Beijo da Rua*, fundado por Gabriela Leite e pelo jornalista Flávio Lenz.

Immunodeficiency Syndrome (Aids) (PN-DST-Aids), as brasileiras trocam o nome prostitutas por trabalhadoras do sexo, e, assim, é chamado de III Encontro Nacional de Trabalhadoras do Sexo. Segundo Olivar (2013, p.209):

O foco no trabalho ganhava terreno dentro da militância da categoria, sempre entre disputas e tensões internas pelas concepções diversas sobre a prostituição, sempre com a presença de organizações religiosas, militantes aliados e amigos do PN-DST-Aids.

2 RELAÇÃO EXISTENTE ENTRE PROSTITUIÇÃO E EXPLORAÇÃO NA REALIDADE DO BAIRRO DE SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP

[...] porque eu vejo como um trabalho sim, porque é um meio que a pessoa tá ganhando dinheiro honestamente e vai quem quer, a pessoa não é obrigada e, enfim, a pessoa paga suas contas, sustenta seus filhos [...]

(Joana, entrevista em 2018)

No capítulo que se inicia objetiva-se abordar a relação existente entre exploração e prostituição, tomando por base as discussões apresentadas pelos feminismos, inseridas em um contexto do sistema capitalista e considerando a realidade das mulheres que atuam na prostituição, na região de Santo Amaro, em São Paulo/SP.

Porém, é válido pontuar que a pretensão não é romantizar a prostituição, considerar essa prática como emancipação das mulheres, ou como forma de atingirem a liberdade sexual. Já que nenhum trabalho precário exercido por mulheres de pouca escolaridade e baixa classe social possa realmente ser considerado empoderador ou emancipatório, conforme Monique Prada (2018). Pretende-se analisar a prática da prostituição, compreendendo que não é a única responsável pela exploração das mulheres.

De maneira sucinta, e com base na teoria marxista, define-se a exploração como a produção, originária da força de trabalho, transformada em lucro para o patrão e que não é convertido e nem retornado para as (os) trabalhadoras (es) como salário. Dessa forma, é esse processo de exploração, que mantém o sistema capitalista.

Portanto, é preciso compreender que, para “analisar a exploração do capital sobre a força de trabalho exige perceber a particularidade da exploração do trabalho da mulher”. (Mirla Cisne, 2015, p.119). Como bem pontua Engels (1997, p. 22), “a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo sexo

masculino”.

Desta forma, para seguir com a referida análise da maneira proposta, faz-se importante compreender a realidade da prostituição no bairro de Santo Amaro, com destaque para uma breve contextualização de aspectos históricos, do surgimento e evolução do bairro, assim como a forte presença e as principais características da prostituição nessa região.

2.1 Surgimento do Bairro de Santo Amaro

O atual bairro de Santo Amaro recebeu esse nome em 1560, ainda como uma aldeia em posse dos padres jesuítas, quando um casal que vivia no entorno doou uma imagem de Santo Amaro à capela de Nossa Senhora da Assunção de Ibirapuera, que já existia na aldeia. Assim, a

Vila de Santo Amaro surgiu em 12 de agosto de 1560, data em que os jesuítas tomaram posse oficial de duas léguas de terra de relevo suave, localizadas às margens esquerdas do rio Jurubatuba. (SOUSA; SOUSA, 2016, p.27).

Daí em diante, a vila evoluiu para freguesia de Santo Amaro, em 1686, e para cidade de Santo Amaro, em 1832. Apenas em 1935, o município de Santo Amaro é anexado à cidade de São Paulo, retomando, assim, a condição de bairro (SOUSA; SOUSA, 2016).

Apesar de o bairro de Santo Amaro ter sua origem no período colonial, é somente com a industrialização, iniciada na região em meados do século XX, que o bairro registra maior crescimento. De acordo com Santos (2016, p.176),

Santo Amaro tem sua expansão ligada ao surto de industrialização a partir da década de 1950, recebendo grandes indústrias, uma grande quantidade de trabalhadores, passando por grandes transformações no sentido de sua urbanização.

As transformações mais radicais na região, portanto, têm início no período da desindustrialização de Santo Amaro, que ocorre a partir do final da década de 1980, e são acentuadas no decorrer da década de 1990. Com isso, inicia-se uma crise econômica da região, que gera considerável número de desempregados. Segundo Carmo; Gomes; Marcelino (2016, p.130):

Este contingente de desempregados, em sua maioria não possuindo qualificação para o mercado de trabalho, sendo muitos deles de imigrantes pobres vindos de outras regiões mais precárias do país [...] veem-se na condição de ter que encontrar uma nova forma de gerar renda, para sua sobrevivência e de seus familiares e o meio mais fácil ou mais viável, acabou sendo o “comércio ambulante informal”. Grande parte desse comércio informal se concentrava na região do Largo 13 de Maio, mudando a paisagem do local (aspas do original).

Hoje, o bairro de Santo Amaro funciona como um centro urbano, em específico, para as pessoas que residem no seu entorno, periferia da zona sul da cidade de São Paulo. Como apontam Carmo; Gomes; Marcelino (2016, p. 117):

[...] esta região abriga uma grande diversidade de comércio legal e clandestino (camelôs). Ligando também várias regiões da cidade através das linhas de transportes municipais e intermunicipais. Tudo isso propicia ao bairro um grande movimento de seus moradores, consumidores e muitas outras pessoas que transitam por Santo Amaro, devido ao leque diversificado de opções de sua região, como comércio dos mais variados, a gastronomia típica nordestina, e acesso a templos religiosos das mais variadas crenças.

No que se refere ao surgimento da prostituição no bairro de Santo Amaro, não foram encontrados estudos que precisem esse período exato, nem quais foram os locais específicos de surgimento dessa prática no bairro. Porém, há registros do surgimento de algumas casas de prostituição, nas proximidades da Igreja Matriz de Santo Amaro, em seu período de desindustrialização, como afirmam Carmo; Gomes; Marcelino (2016, p.132):

Nessa reestruturação social verificamos o aumento vertiginoso dos mais variados tipos de atividade ilícita ao redor da Matriz, partindo do comércio informal a pontos de venda de drogas. Ambientes que proporcionam a prática da “jogatina” (jogos de azar) a estabelecimentos que promovem a prostituição (aspas do original).

Porém, não se pode relacionar o período da desindustrialização da região, que teve início no final da década de 1980, com o surgimento da prostituição em Santo Amaro, talvez, o processo inverso, de industrialização, na década de 1950, tenha relação direta com a origem de tal prática no bairro, visto que a expansão capitalista alterava diretamente a localização dos espaços marginais, empurrando-os para a periferia da cidade, embora sem nenhum planejamento mais regular [...] (Margareth Rago, 2009).

Como já apontado no primeiro capítulo desta pesquisa, que trata da história da prostituição na cidade de São Paulo, é justamente na década de 1950, especificamente em 1954, que as prostitutas são expulsas do bairro do Bom Retiro. Com isso tem-se início um processo de migração, dessas mulheres, para as periferias da cidade.

Os autores Carmo; Gomes e Marcelino (2016, p. 133) localizam o início da prostituição no bairro de Santo Amaro a partir da “experiência de vida extraída das recordações de algumas pessoas que fazem parte e contribuíram para a continuidade e manutenção da Catedral de Santo Amaro”. Dentre esses relatos, cita-se o do padre Rogério Cartaldo:

Dizem que até mil novecentos e sessenta e pouco não tinha prostituição, porque Santo Amaro era um bairro com características de cidadezinha do interior, seria um escândalo ter prostituição, mas com a industrialização, com a vinda de muita gente de fora, de Minas Gerais, do Nordeste e de outros estados, pessoas que largam a família e não tem esposa, aí começa a prostituição.

2.2 Prostituição no Bairro de Santo Amaro: Características Gerais

era um dinheiro muito rápido sabe, não era um dinheiro fácil, mas era um dinheiro rápido.

(Joana, entrevista em 2018)

Atualmente, o bairro de Santo Amaro possui considerável número de mulheres que atuam na prostituição, e a maioria dos pontos e casas destinadas a essa prática, estão localizados no entorno do Largo Treze de Maio, local de intensa

movimentação, que funciona como uma espécie de centro do bairro. Segundo Lúcia Alves Cunha (2015)³²:

Nas proximidades do Largo Treze de Maio pode-se contar mais de 20 (vinte) locais onde acontece a prostituição, sobretudo feminina. Está presente em ruas, praças, boates, (estabelecimentos de prostituição de funcionamento noturno), privês, (estabelecimentos que funcionam somente durante o dia) e boates privês, (estabelecimentos que funcionam 24h).

E complementa afirmando:

[...] a prostituição pode passar despercebida aos olhos de quem não conhece bem a região. Pessoas distribuem anúncios das casas de prostituição aos homens que por ali circulam. Adesivos anunciando nomes de mulheres são colados em telefones públicos e casas de prostituição exibem fachadas coloridas e iluminadas. De outro lado há casas de prostituição discretas na forma de apresentar suas fachadas. (Lúcia Alves Cunha, 2015).

No bairro de Santo Amaro a prostituição existe tanto em locais fechados, como as boates, os privês e as boates privês, e em espaços abertos, como as ruas e praças. Aqui, é importante descrever as diferenças entre os estabelecimentos apontados.

Os privês³³ funcionam somente durante o dia, aproximadamente das 8h às 21h. Uma característica a ser destacada sobre a maioria desses estabelecimentos é o fato de não serem identificados por quem não tem conhecimento sobre o mapa da prostituição no bairro de Santo Amaro, pois alguns se apresentam, visualmente, como qualquer outra residência. Uma maneira de identificação dessas casas é através de sua numeração, que são fixadas nas fachadas em tamanho maior do que as demais. Essa característica faz alusão à maneira como algumas casas de prostituição eram identificadas na São Paulo do início do século XX, como: o “30” da avenida São João; o “10” da rua Formosa; o “15” da avenida São João; o “105” do largo do Paissandu; o “22” da Encarnação (Margareth Rago, 2009).

Esses locais possuem gerentes, que administram o espaço, são

³² Citação retirada do artigo Prostituição, o outro lado de Santo Amaro - <http://projetoantonia.blogspot.com/2015/05/prostituicao-o-outro-lado-de-santo-amaro.html>

³³ Essas informações são referenciadas tanto pela experiência da pesquisadora, como estagiária de Serviço Social, como na pesquisa realizada por Lúcia Alves Cunha (2014).

responsáveis pelo recebimento dos valores dos programas e controle dos horários das mulheres. As (os) gerentes, geralmente, não são proprietárias(os) dessas casas, mas pessoas remuneradas para desempenhar essa função. Nesses espaços, não costuma ter consumação de bebidas alcoólicas e geralmente não há aparelhos de som ligados.

As boates são estabelecimentos que funcionam a partir das 19h e geralmente ficam abertos durante toda a noite. Diferente dos privês, possuem fachadas bastante visíveis, com letreiros e luzes coloridas. Também possuem gerentes, nas mesmas condições dos privês.

As boates, geralmente, são locais escuros, com jogo de luzes bastante forte, aparelhos de som ligados em volume bem elevado e há incentivo para que os clientes consumam bebidas alcoólicas. “Nas boates as mulheres devem incentivar os clientes a consumir bebidas, pois elas também geram lucro para a casa e as mulheres têm comissão pelo consumo” (Lúcia Alves Cunha, 2014, p. 49).

Ainda de acordo com esta autora, (2014, p. 49):

Na realidade de Santo Amaro, há mulheres que vivem nas boates por temporadas de meses ou semanas. Atuam à noite e dormem entre as 5h e 14h da tarde, aproximadamente. Se a boate é também privê, após as 14h voltam ao salão para atendimentos diurnos. Outras mulheres vão para suas casas após o encerramento de cada expediente noturno.

As boates privês funcionam durante o dia como privê e no período noturno como boate.

Nas ruas e praças, o funcionamento é distinto, conforme a dinâmica das mulheres e de cada espaço. As mulheres fazem ponto em frente aos bares, hotéis e em praças, para aguardar ou abordar clientes. Nesses espaços, combinam o valor do programa e utilizam os hotéis para realizá-los.

Dentre os locais de prática da prostituição apontados, há variação na dinâmica de funcionamento, assim como de valores cobrados pelo programa.

Alguns privês da região são conhecidos por “vintão”, que se refere tanto ao tempo do programa, vinte minutos, como ao valor cobrado pelo programa, R\$ 20,00, sendo que, desse valor, 50% é do estabelecimento e a outra metade é da prostituta.

De acordo com Lúcia Alves Cunha (2014, p. 50):

As mulheres que atuam nos privês têm entre 18 e 35 anos aproximadamente. Dizem optar pela modalidade privê por não haver necessidade de consumir bebidas, por ser um espaço fechado, favorecendo assim o seu anonimato na prostituição, considerando que geralmente não revelam às suas famílias, amigas(os), vizinhas(os) que praticam a prostituição.

Segundo relatos de algumas mulheres que atuam dentro dos privês, os homens que frequentam esses espaços são trabalhadores do entorno, que estão em horário de almoço, ou os que passam de maneira rápida pelo bairro.

Nas boates e nas boates privês, é difícil apontar os valores cobrados pelo programa, pois também há casos em que este não é o objetivo final dos homens que buscam esses estabelecimentos. Ainda de acordo com Lúcia Alves Cunha (2014, p. 49):

São características das boates a música alta, as bebidas, as danças sensuais e vídeos eróticos. Segundo as mulheres, faz parte de sua atividade a conversa com os clientes, pois há homens que vão ao estabelecimento para conversar, falar de seus problemas, aliviar sua solidão e não tanto para a prática do ato sexual.

Nas ruas e praças, a negociação do valor do programa é feita entre a mulher e o cliente e geralmente varia entre R\$ 30,00³⁴ e R\$ 50,00, e o valor pago é integralmente da prostituta. Nesses casos, os programas são realizados em hotéis localizados no entorno e o cliente custeia o valor do quarto. Como bem explica Lúcia Alves Cunha (2014, p.51), “[...] ali combinam o programa e utilizam os hotéis para realizá-lo. O cliente paga o hotel e o valor combinado do programa é da mulher [...] os valores dos programas variam entre R\$ 30,00 e R\$ 50,00”.

O fato de algumas mulheres escolherem praças e ruas como ponto de prostituição, apesar de ficarem mais expostas e seu anonimato estar menos protegido, está relacionado tanto ao valor cobrado pelo programa, que elas mesmas negociam, como por não ser preciso dividir o valor recebido com outras pessoas.

³⁴ Recentemente, em conversa, uma das sujeitas desta pesquisa relata que, atualmente, o valor mínimo do programa, na Praça Floriano Peixoto, é R\$ 40,00, pelo período de 1 hora.

Durante a conversa com Joana e Iraní, que atuam na Praça Floriano Peixoto, sobre a realidade da prostituição no bairro de Santo Amaro e sobre a compreensão delas sobre exploração, Joana relata:

As mulheres que trabalham em privês, a maioria, elas têm um horário pra chegar, elas têm que ser pontuais, elas não podem faltar, se elas faltarem elas são desligadas, isso sem carteira assinada, sem direito a férias, a décimo terceiro, a seguro de vida, sem nada. Mas tem essas regras e eu acho que isso é uma verdadeira exploração, né? O dinheiro que elas ganha é metade pra casa metade pra elas. E isso é a realidade daqui de Santo Amaro. (Joana, entrevista em 2018).

Enquanto Iraní expõe:

Onde eu achava melhor trabalhar, era assim mesmo, na rua e na praça. Mas eu falo assim, mesmo quando eu era mais nova, eu sempre gostava de trabalhar em praça, do que em boate, quando era mais nova, eu nunca quis também, que a gente ouve falar muito que eles exploram muito a pessoa, a mulher. (Iraní, entrevista em 2018).

Iraní diz ainda que sempre trabalhou na rua e para ela mesma; nunca teve cafetão e tudo o que sempre ganhou com os programas, sempre foi dela. Expõe também que muitas mulheres têm cafetão, mas isso era mais comum antigamente e que atualmente não faz parte da realidade da prostituição de rua no bairro de Santo Amaro.

No que se refere à realidade da prostituição na região de Santo Amaro, é fundamental pontuar que essa prática, assim como outras atividades informais desenvolvidas por mulheres, e em sua maioria mulheres pobres, é uma atividade precária e, muitas vezes, os espaços nos quais essas atividades são desenvolvidas, como já descrito, não oferecem condições dignas de trabalho. Portanto, segundo Monique Prada (2018, p. 60):

Numa sociedade em que uma mulher branca recebe cerca de 30% menos que um homem branco pelo mesmo trabalho – a disparidade entre salários de um homem branco e de uma mulher negra para a mesma atividade é ainda maior –, sem esquecer da dificuldade de inserção e de ascensão da mulheres no mercado de trabalho formal, o trabalho sexual costuma ser, entre os trabalhos informais, aquele que melhor remunera as mulheres, mesmo as que têm pouco estudo ou qualificação. Muitas de nós, mulheres cisgêneras, acabamos por ter no trabalho sexual a única (ou última) alternativa para fugir da fome e da miséria.

No segundo semestre de 2017, o Projeto Antônia elaborou um levantamento de dados, com base no prontuário de 50 mulheres, e tomando por base as categorias aqui apresentadas, e concluiu que:

- **Local que exerce a prostituição:** 60% das mulheres atuam em praças e ruas e 24% em boates/privês.
- **Idade:** 32% das mulheres possuem idades entre 30 e 40 anos; 32% entre 51 e 60 anos; 28% entre 41 e 50 anos; e apenas 8% das mulheres possuem idades entre 18 e 29 anos.
- **Estado civil:** 74% das mulheres são solteiras; 12% moram com um companheiro.
- **Escolaridade:** 40% das mulheres possuem ensino fundamental I e II completo; 22% possuem ensino médio incompleto; e 20% possuem ensino fundamental I e II incompleto.
- **Raça/Cor:** 42% das mulheres declaram-se brancas e 12% declaram-se negras.
- **Local de origem:** 44% dessas mulheres são oriundas da Região Sudeste do País e 40% da Região Nordeste.
- **Filhos:** 40% possuem entre dois ou três filhos, enquanto 26% das mulheres possuem apenas um filho.

2.3 Relação entre Exploração e Prostituição

A pobreza é degradante, violenta, humilhante e empurra as mulheres para trabalhos precários, dos quais o trabalho sexual é apenas um.

(Monique Prada)

O sistema capitalista mantém-se da exploração da classe trabalhadora, porém, para se ter uma ideia mais aprofundada sobre como ocorre a exploração, é preciso compreender que esta classe não é homogênea e é atravessada pelas relações de gênero e raça. De acordo com Mirla Cisne (2014, p. 26):

A análise da condição da mulher no mundo do trabalho não é uma questão de ordem linguística ou meramente gramatical. Ou seja, não se trata,

apenas, de ressaltar que além de trabalhadores, existem trabalhadoras na composição da classe. Trata-se de analisar como as mulheres sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que os homens da classe trabalhadora e que isso atende diretamente aos interesses dominantes.

O sistema capitalista não é o responsável pela origem das desigualdades sociais existentes entre homens e mulheres, porém, aproveita-se do grande contingente de pessoas do sexo feminino, intensificando assim a desigualdade entre os sexos. Para Heleieth Saffioti (2013, p. 67):

As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitem à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta, através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida do capital, era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa.

Nesse sentido, a opressão e as desigualdades das mulheres, no sistema capitalista, não são particularidades das relações de trabalho.

Renata Gonçalves (2013, p. 24) expõe que, com a expansão do capitalismo:

As mulheres continuam duplamente aprisionadas. Em um sentido, são aprisionadas face à verdadeira deterioração de suas condições de trabalho. E outro, o aprisionamento advém da falta de uma redefinição de papéis entre homens e mulheres na esfera doméstica. A opressão das mulheres continua sendo, para os capitalistas, um instrumento que permite gerir o conjunto da força de trabalho.

É de fundamental importância compreender que a classe trabalhadora não é homogênea, possui dois sexos, e não é conveniente afirmar que as desigualdades de gênero e raça serão eliminadas apenas com o final da desigualdade entre as classes, pois “a luta de classes não conduzirá à emancipação humana sem destruir, concomitantemente, a opressão feminina” (Renata Gonçalves, 2013, p. 24).

Desta forma, é difícil pensar uma classe operária sem a marca dos sexos, pois, ao contrário, como bem pontua Mirla Cisne (2014, p.s25):

Como explicar a persistente divisão sexual do trabalho, que não apenas

diferencia trabalho feminino do masculino, mas gera desigualdades entre homens e mulheres pertencentes a uma mesma classe? Como explicar a jornada intensiva e extensiva de trabalho e o não reconhecimento/desvalorização do trabalho doméstico/reprodutivo? Como explicar o porquê de 70% dos pobres do mundo ser mulher (Mézáros, 2002)? Negar a dimensão de sexo no trabalho é negar a realidade em que vive a classe trabalhadora, em especial a das mulheres, em sua relação com o capital.

Ainda tratando das mulheres em uma sociedade de classes, a autora afirma:

São também as maiores vítimas da precarização do trabalho e das políticas públicas. São elas que enfrentam as filas de madrugada nos hospitais públicos para levarem seus(suas) filhos(as), bem como em busca de vagas nas escolas; são muitas delas que não chegam à previdência, seja por serem as que mais se encontram na informalidade, os empregos mais precarizados sem direitos trabalhistas assegurados, ou até mesmo por não terem suas documentações, especialmente as rurais; são elas que estão no cotidiano da assistência social buscando a garantia mínima das condições de sobrevivência de sua família. (Mirla Cisne, 2014, p. 17).

Quando se fala em exploração de mulheres, pode-se afirmar que o sistema capitalista utiliza estratégias de diversas formas. Como já pontuado, a exploração das mulheres e as desigualdades vivenciadas por elas, acontecem para além das relações de trabalho. A jornada de trabalho de uma mulher não acaba ao final do seu expediente de oito horas trabalhadas, mas continua com todas as tarefas domésticas.

No que se refere à exploração de mulheres que atuam na prostituição e aos posicionamentos relativos a essa prática, pode-se afirmar que há uma divisão de opiniões. A temática da prostituição tem sido abordada de maneiras diferentes e gerado intensos debates entre os adeptos dos feminismos.

É válido pontuar que feminismos³⁵ é utilizado no plural, pois, conforme afirma Carla Cristina Garcia (2015, p.13):

[...] não existe apenas um tipo de feminismo, mas vários, pois são muitas as correntes de pensamento que compõem, isto porque uma das características que diferencia o feminismo de outras correntes de pensamento político é que está constituído pelo fazer e pensar de milhares de mulheres pelo mundo.

³⁵ Para se ter uma maior compreensão e aprofundamento, sobre as diferenças entre os feminismos ler: Carla Cristina Garcia, 2015 - Breve História do Feminismo.

Ainda de acordo com a referida autora, feminismo pode ser definido como:

[...] a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social. (Carla Cristina Garcia, 2015, p.13).

Desta forma, é importante apresentar, aqui, os diferentes debates e posicionamentos em torno da prostituição.

Para Adriana Piscitelli (2005), as diferentes maneiras de abordar a prostituição têm como base não somente a percepção que cada viés do conhecimento tem sob essa prática, mas também a maneira como essas correntes de pensamento abordam a sexualidade. De acordo com a autora, as discussões sobre os significados e as funções do sexo tiveram como centralidade a prostituição.

De acordo com Elisabeth Badinter (2005), o debate em torno da sexualidade prende-se ao fato de se pagar por ela, visto que a única sexualidade aceita é a gratuita, portanto, inocente e o desejo deve ser recíproco. O fato de a mulher aspirar à mesma liberdade sexual dos homens, é sempre encarado como um vício, ou uma anomalia, fora de qualquer sentimento.

Se a gratuidade e a reciprocidade dos desejos são critérios aceitos da sexualidade virtuosa, que dizer dos homens e mulheres que escolhem seus cônjuges, companheiras ou companheiros em vista de sua posição social ou sua situação financeira? Que dizer daqueles e daquelas que vão para cama sem desejo, porque esse é um serviço que se presta ao outro em troca de outra coisa? (Elisabeth BADINTER, 2005, p.117).

De acordo com Amara Moira (2018, p.12), para parte considerável dos movimentos sociais, a prostituição remete diretamente a ideias como exploração sexual infantil, cárcere privado, estupro pago e tráfico de pessoas. Segundo Gail Peterson (2009, p. 205):

Desde os anos 80, a tensão ideológica e estratégica entre aquelas que

reconhecem a prostituição como trabalho e aquelas que definem como violência contra as mulheres tornou-se um ponto de cisão política feroz no âmbito do feminismo internacional.

Segundo Monique Prada (2018) é necessário estabelecer a diferença entre o que é trabalho, crime e exploração, especificamente o que difere a exploração sexual de exploração laboral, já que, no sistema capitalista, a exploração laboral “está presente, em maior ou menor grau, em todas as relações de trabalho.”

No Brasil, o debate sobre a regularização da prostituição tem sua origem no século XIX, como já apontado no primeiro capítulo deste trabalho. Entretanto, de acordo com Adriana Piscitelli (2018), a intensificação das tensões em torno desse debate político, nos últimos anos, tem gerado acusações:

A quem reivindica a regulamentação laboral da prostituição, tais como: quem defende a cafetinagem, defende a cultura do estupro, quem defende a continuidade da profissionalização do sexo defende a perpetuação do tráfico de mulheres. Segundo, essas acusações, mobilizando emoções, têm ido além de negar os direitos reivindicados pelas prostitutas como direitos das mulheres: chegaram inclusive a praticamente converter os objetos dessas reivindicações – a descriminalização do entorno da prostituição e a regulamentação laboral da mesma – em causa da violência contra as mulheres. (Adriana Piscitelli 20018, p.18)

Observando os posicionamentos feministas sobre a prostituição, Dolores Juliano (*apud* Letícia Barreto, 2008, p. 84), aponta que há pelo menos três razões que indicam a necessidade de uma visão menos vitimista da prostituição por parte das feministas:

1. Coerência lógica: a atividade sexual não é desvalorizada em si e cobrar por um trabalho é algo legítimo, gerando uma contradição quando é rechaçada a união de ambos. Ver a prostituição como degradante em si ou como fruto de coação impede que se visualize a capacidade de escolha das prostitutas e as múltiplas formas como trabalho se configura.
2. Coerência ideológica: ser feminista implica em uma visão das mulheres como agentes sociais ativas, capazes de agir com um nível de autodeterminação. Negar que as prostitutas possuam tais características é incoerente.
3. Reconhecimento da potencialidade de questionamento da prostituição: a visão de prostitutas como responsáveis por manter o sistema patriarcal deixa de lado que todas as instituições (família, organização laboral, sistema legal) que se inserem nesse sistema também o garantem, não o destruindo. A prostituição tem duas funções nesse sistema: delimitar os lugares das mulheres (controlando suas condutas e silenciar as prostitutas (vistas como perigosas ao sistema, manipuladas ou incapazes), motivo este pelo qual há um estigma associado ao não reconhecimento da capacidade de questionamento.

No que se refere ao primeiro ponto de discussão acima apresentado, e tomando por base as entrevistas realizadas para a concretização desta pesquisa, com mulheres que atuam na prostituição na Praça Floriano Peixoto, uma das participantes relata:

[...] porque eu vejo como um trabalho sim, porque é um meio que a pessoa tá ganhando dinheiro honestamente e vai quem quer. A pessoa não é obrigada e enfim, a pessoa paga suas contas, sustenta seus filhos, que eu conheço muita chefe de família, como eu fiz isso durante muito tempo, é... cuidei do meu filho e..., dos meus filhos, né, e cuidava deles, pagava aluguel. Então, assim, é um trabalho, eu vejo como um trabalho sim (Joana, entrevista em 2018).

Já para Iraní, a prostituição:

Ah, eu acho que não deixa de ser um trabalho, viu, sabe, porque, porque a partir do momento que você sai de casa, né... e outra, se ficar enchendo a cara, bebendo, aí já não um tipo de trabalho, porque vai ficar locona, bêbada, vai chegar em casa sem nenhuma moeda. E como é que vai pagar as contas? Vai pagar a luz ou a água? E se paga aluguel? E se paga uma prestação? Ou pôr o alimento dentro de casa? Então, tem que ter aquela responsabilidade das suas coisas e não ficar [faz um gesto que indica ficar bebendo sempre], só se for um pouquinho de vez em quando, de boa, mas sabendo que tem que levar ó [faz um gesto, passando o dedo indicador pelo polegar, indicando que precisa levar dinheiro pra casa] (Iraní, entrevista em 2018).

Segundo Amara Moira (2018), há dificuldade em construir uma luta da categoria, pois a prática da prostituição está relacionada “a tudo de que há de mais perverso em termos de violência”. Para a referida autora:

Para nosso espanto, no entanto, vamos descobrindo que a luta das mulheres para trabalhar em condições melhores, impor um protocolo de segurança inegociável, ganhar melhor e pensar estratégias para combater o estigma que pesa sobre os nossos ombros (e que serve para manter todas sob controle) só é considerada indubitavelmente feminista quando não envolve prostitutas. (Amara Moira, 2018, p. 12).

Conforme Elisabeth Badinter (2005), o “feminismo vitimista” pensa a prática da prostituição apenas no sentido de dominação masculina e mesmo assim pontua que essa maneira de pensar não é por um viés moralista. De acordo com essa autora:

No entanto, por ocasião do recente debate sobre a prostituição, vimos reaparecerem as ideias de sexo lícito e ilícito. Embora os proibicionistas e abolicionistas de toda sorte sejam mais prolixos quanto ao que condenam do que quanto ao que eles e elas apregoam, não é difícil delimitar os contornos da sexualidade correta. (Elisabeth Badinter, 2005, p. 114).

A troca de serviços sexuais por uma compensação financeira ou material pode ser caracterizada como prostituição, porém, essa troca de serviços também pode ocorrer em relações como namoro ou casamento (Gail Pheterson, 2009). Simone de Beauvoir (2016) diz que, do ponto de vista econômico, a situação da prostituta é simétrica à da mulher casada. Porém, de acordo com essa autora:

A grande diferença entre elas está em que a mulher legítima, oprimida enquanto mulher casada, é respeitada como pessoa humana; esse respeito começa a pôr seriamente em xeque a opressão. Ao passo que a prostituta não tem os direitos uma pessoa; nela resumem, ao mesmo tempo, todas as figuras da escravidão feminina. (Simone Beauvoir, 2016, p. 364).

Para Margareth Rago(2009) no início do século XX, ou nos anos 1970, as feministas atacavam radicalmente as prostitutas pobres e as “garotas de programa” mais ricas, por aceitarem a desprezível condição de meros objetos sexuais masculinos. De acordo com Virginie Despentes (2016, p. 47):

Os tipos de trabalho que as mulheres pobres exercem, os salários miseráveis pelos quais vendem seu tempo, isso não interessa a ninguém. É um destino de mulheres que nascem pobres ao qual nos acostumamos sem problemas. Nenhuma legislação proíbe ninguém dormir na rua aos quarenta anos. A medicação é uma degradação tolerável. O trabalho é outra. Mas a venda do corpo preocupa todo mundo [...]

De acordo com Adriana Piscitelli (2018, p. 19), no Brasil, há alguns anos “a oposição entre feministas e prostitutas foi desafiada por Gabriela Leite, num momento em que sua afirmação como feminista era vista como provocação aos setores do movimento no Brasil e no exterior”.

Recentemente, Monique Prada³⁶ lançou um livro intitulado *Putafeminista*. De

³⁶ Trabalhadora sexual, feminista, ativista pelos direitos das prostitutas, coeditora do projeto Mundo Invisível, colunista da Mídia Ninja e uma das fundadoras da Central Única de

acordo com a autora, o putafeminismo pode ser considerado uma forma de repensar a estrutura da prostituição, considerando e combatendo toda opressão existente nessa prática, assim como um movimento revolucionário, por meio do qual é possível desconstruir e reconstruir os conceitos em torno da prostituição. Sobre o putafeminismo, Adriana Piscitelli (2018, p.22) afirma: “[...] mas também considero que ele é potencialmente produtivo para desestabilizar os limites dos feminismos hoje, ampliando os seus alcances, indo além desse movimento em particular”.

De acordo com Monique Prada (2018), neste atual contexto de retrocesso e de avanço do conservadorismo, os feminismos têm sido de fundamental importância para as lutas e conquistas das mulheres. Para essa autora, mesmo antes de realizar uma análise mais aprofundada entre as diferentes correntes feministas, já é possível perceber inúmeros pontos de tensões e conflitos.

Um desses pontos de conflito – ou, talvez possamos dizer, um dos mais espinhosos, está hoje justamente entre as prostitutas feministas e as feministas que se posicionam contra a ideia de que a prostituição, apesar de estar presente em nossa sociedade há tantos séculos, e de ser exercida por um número considerável de pessoas, a maioria mulheres, deva ser considerada um trabalho possível em nosso mundo – e não pura e simplesmente um tipo de violência contra as mulheres. (Monique Prada, 2018, p. 32).

Para autora citada acima, pensar o trabalho sexual apenas como forma de violência contra a mulher, ou como abusivo, impedirá que as pessoas que atuam na prostituição possam denunciar as violências sofridas, pois “onde tudo é violência, então nada é violento”. Segundo Monique Prada (2018, p. 48):

Quando se aceita a ideia de que trabalho sexual consentido equivale a estupro, as mulheres que exercem a atividade ficam expostas a todo tipo de violência e sem poder denunciar. Afinal de contas, como uma prostituta poderia ser estuprada e reclamar se, de acordo com esse conceito, ela estaria na situação justamente para isso.

Em se tratando da prática da prostituição, de mulheres que a exercem, é preciso pontuar que esta também é uma atividade informal e precária desenvolvida por mulheres, assim como tantas outras. E que essas mulheres também são

exploradas, como toda classe trabalhadora no sistema capitalista, e também estão expostas a todos os tipos de violências e opressão de gênero, proporcionados pelo patriarcado e o machismo.

Porém, há vertentes feministas que apresentam discussões divergentes, das até então apresentadas brevemente, sobre a temática da prostituição. De acordo com Letícia Barreto (2016, p. 204):

Feministas Radicais³⁷ acreditavam que, para enfrentar o patriarcado as mulheres precisariam parar de servir aos homens, como ocorre na prostituição, e criar papéis femininos que não se restringissem às suas utilidades sexuais. Para profissionais do sexo, a emancipação poderia vir da livre negociação do sexo, sem medo de prisão ou de violência, retirando o poder de homens em determinar suas vidas.

Para a feminista Claudine Legardinier (2009), a análise da prostituição não se limita apenas às pessoas que cobram por serviços sexuais. Antes de tudo, a prostituição é “uma organização lucrativa, nacional e internacional de exploração sexual do outro”.

Para a referida autora, a prostituição está diretamente ligada à urbanização massiva e à aparição da sociedade de mercado. De modo geral, o posicionamento entre proibição ou regularização sempre “desconsertou os Estados”. O movimento feminista, na virada do século XX, tem a abolição da prostituição como um dos seus principais objetivos de enfrentamento.

Nesse período, a luta abolicionista do movimento feminista é integrada à luta mundial pelo direito das mulheres e pela paz. Entre as feministas, muitas combatem a prostituição como uma violação dos direitos humanos, e até mesmo um crime contra as mulheres (Claudine Legardinier, 2009, p. 199 *apud* BARRY, 1979).

Nesse contexto, a análise feminista considera a prostituição como a mais extrema situação da relação de poder entre as categorias de sexo. E no contexto denominado como A Era da Banalização, como afirma Claudine Legardinier (2009), tudo converge para a banalização da prostituição.

³⁷ O feminismo radical norte-americano se desenvolveu entre 1967 e 1975. Formulado como um projeto radical, em seu sentido marxista: queriam tomar as coisas pela raiz, ou seja, pela própria raiz da opressão. (Carla Cristina Garcia, 2015).

O grande mercado liberal assimila e monetariza os prazeres: a lógica consumista invade todos os domínios da vida e a expressão “trabalhadoras do sexo” legitima a ideia de que a mercadoria sexo se tornou um dado indiscutível da economia moderna. Toda noção ética é então varrida, toda relação de dominação é engolfada por uma lógica individualista. A prostituição se encontra assim excluída das formas de violência contra as mulheres. (Claudine Legardinier, 2009, p. 200).

E segue afirmando:

A normalização da prostituição no campo social esconde cada vez mais os males vividos pelas pessoas prostituídas. Se a violência é dificilmente denunciada quando é visível (tráfico de mulheres e crianças), o ataque aos direitos humanos e os abusos cometidos na relação baseada na prostituição nunca são tratados, exceto pelos movimentos feministas [...] A prostituição constitui uma violência despercebida, como foram durante muito tempo outras violências (estupros, incestos, violência conjugal), todas expressões do direito de propriedade dos homens sobre as mulheres. (Claudine Legardinier, 2009, p. 200).

A feminista espanhola, Rosa Cobo (2017) defende a ideia de que a prostituição é uma forma extrema de desigualdade e exploração, até ao ponto de se converter em uma das novas barbáries do século XXI. De acordo com Cobo (2017, p.20):

La prostitución se encarnan algunas de las tendencias sistémicas que nos ayudan a comprender lo que está ocurriendo en este momento histórico. El proceso creciente de mercantilización que há impuesto el capitalismo neoliberal sobre la naturaleza y sobre la vida se observa em La mercantilización de los cuerpos de las mujeres.

De acordo com Rosa Cobo (2017), o fato de a prostituição perdurar por longos períodos históricos contribui para intensificar o pensamento de que essa prática faz parte da ordem natural das coisas e que, por isso, é impossível de ser alterada. Para essa autora, as discussões em torno da regulamentação ou abolição da prostituição mostram as fortes interpretações sociais que se têm sobre essa prática, assim como os fortes interesses da grande indústria do sexo. Rosa Cobo

(2018, p.18) afirma que há uma produção de estereótipos, para que a prostituição seja aceita socialmente:

Desde señalar que es el oficio más viejo del mundo hasta advertir sobre la urgência sexual natural de los varones; desde vincular esta práctica social com la libertad sexual; desde la argumentación de que la postura sobre la abolición es moralista hasta la Idea de que quienes sostienen que hay que erradicar la prostitución están em contra de las mujeres porstitudas.

Ainda para Rosa Cobo (2017), a prostituição é uma prática social vinculada às relações de poder patriarcal, capitalista e raciais/culturais, sendo assim consequência e expressão dessas estruturas de poder. Dessa forma, os estudos sobre a prostituição devem ocupar lugar prioritário nos debates feministas. Conforme pontua a referida autora:

La prostitución no es uma estructura colateral ni del patriarcado ni del capitalismo; al revés, tiene uma importancia fundamental para el ordem patriarcal y para el capitalista al poner em el mercado a millones de mujeres para uso sexual de los varones. (Rosa Cobo, 2017, p. 34).

Considerando os diferentes posicionamentos em torno da prostituição, seja por sua abolição ou regulamentação, as mulheres que atuam na região de Santo Amaro, especificamente na Praça Floriano Peixoto, são pobres e, em sua maioria, entraram para a prostituição por uma necessidade financeira, portanto, a discussão sobre o reconhecimento dessa prática enquanto profissão se dá da forma a seguir especificada.

Em se tratando de mulheres que não encaram a prostituição como atividade temporária, mas como prática duradoura:

O que eu penso, eu não sou contra e nem sou a favor. Porque eu conheço mulheres que começaram na prostituição muito cedo e que hoje tem uma certa idade e vive na prostituição e que fala que não tem vontade de fazer uma outra coisa e que, assim, que se tivesse de trabalhar de carteira assinada como prostituta, ela toparia de boa. Então eu acho, eu vejo por esse lado, que se a pessoa escolheu aquilo como profissão e se a pessoa não pretende sair, porque a maioria pretende sair, né, às vezes não consegue, passa ano e passa ano, né, e muitas dela acaba arrumando um companheiro pra sair da prostituição e muitas dela acaba sendo vítima de violência daquele companheiro, e voltando pra prostituição, em situação

ainda pior né. Então, essas mulheres que dizem: “eu sou puta, sempre fui puta e sempre vou ser”, porque não assinar a carteira dela e ela ter seus direitos trabalhistas? (Joana, entrevista em 2018).

Porém, quando a prática da prostituição é encarada como passageira, temporária, pois “é bastante comum que o trabalho sexual seja apenas um atalho na busca de ocupação melhor” (Monique Prada, 2018, p. 34), o posicionamento é outro:

E... então, assim, eu acho que essas mulheres que têm o objetivo, ah! é só por uma fase, eu pretendo sair, e eu vou fazer outra coisa pra sair, como tem várias colegas, que trabalham também de carteira assinada e vê a prostituição como um bico, então, dessas pessoas, eu não vejo motivo de assinar carteira na prostituição. (Joana, entrevista em 2018).

Para as mulheres que atuam na prostituição na região de Santo Amaro, o debate, em torno dessa prática, se deve ou não ser regulamentada enquanto atuação formal, não é tão relevante. A questão central, para algumas dessas mulheres, é o esforço que precisam fazer, para manter sua atuação, enquanto prostituta, escondida das pessoas com as quais convivem, principalmente seus familiares. Entretanto, algumas consideram a prostituição como um trabalho. Porém, como afirma Letícia Barreto (2008, p. 76): “Algumas parecem ver menos problemas no trabalho em si do que na forma como este é visto pelas demais pessoas”.

3 MULHER DE VIRAÇÃO, MULHER-DAMA, GAROTA DE PROGRAMA, PROFISSIONAIS DO SEXO E A PRAÇA FLORIANO PEIXOTO

Neste capítulo que se inicia, objetiva-se compreender a realidade da prostituição na Praça Floriano Peixoto, localizada no bairro de Santo Amaro, São Paulo/SP, por meio da história de vida de mulheres que exercem essa atividade nessa região.

Como mencionado, o foco desta pesquisa são as mulheres que fazem ponto na Praça Floriano Peixoto, por esse motivo, faz-se necessário apresentar uma contextualização mais aprofundada desse espaço.

A Praça Floriano Peixoto está localizada em meio ao intenso comércio do bairro de Santo Amaro, rodeada por diversas agências bancárias, barracas de artesanato, lanchonetes e restaurantes.

Em diferentes épocas, a praça recebeu variados nomes, dentre eles: Largo do Rosário; Largo Nossa Senhora do Rosário; Largo da Cadeia; e Largo Municipal. O local era um dos mais importantes para os moradores da antiga Vila de Santo Amaro, quando foi denominado de Largo da Cadeia, pois lá se localizava a cadeia pública do já município de Santo Amaro, que era o centro da então cidade. Em 1886, o espaço foi reformado, recebendo um jardim público e, em 1894, é adotada a atual denominação.

Atualmente, a Praça Floriano Peixoto, assim como o Largo 13 de Maio, por possuírem vasto comércio, são considerados centros do bairro. A movimentação de pessoas em torno da praça é bastante intensa. Locutores fazem propagandas das mais diversas lojas de roupas e sapatos; ambulantes vendem seus produtos; anúncios de “ótica” (exame de vista gratuito); advogado (reclamações trabalhistas); empréstimo (dinheiro na hora); exame médico admissional; e fotos 3x4 fazem parte do cotidiano. Também localiza-se, próximo da praça, um considerável número de bancos.

A praça é cercada por grades e seus portões permanecem abertos das 8h às 19h. Por ser um lugar arborizado, as pessoas se utilizam das sombras das árvores para descansar. É utilizada por funcionários do comércio local em horário de almoço ou frequentadores do bairro em geral, sempre carregando suas sacolas de compras.

Existem alguns grupos de frequentadores fixos, na Praça Floriano Peixoto, como, por exemplo: protestantes de diversas denominações, que sempre estão em pregações e louvores; idosos reunidos em torno de atividades voltadas para jogos, como dominó ou cartas; pessoas em situação de rua, que a utilizam como abrigo, no período em que permanece com seus portões abertos.

FIGURA 3 – Praça Floriano Peixoto, Santo Amaro – São Paulo/SP



Fonte: Disponível em:
www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/santo_amaro/noticias/index.php?p=53795. Acesso em: 15 maio 2018.

Inseridas nesse contexto, estão as garotas de programa que fazem ponto na Praça Floriano Peixoto. Dificilmente essas mulheres são identificadas como tal, por quem não conhece bem a região, pois não há nenhuma característica que diferencie

essas mulheres de outras que circulam diariamente pela praça.

Porém, com uma observação mais apurada, percebe-se que algumas delas permanecem em pontos mais isolados e estratégicos, geralmente próximos aos portões de acesso à praça, ou em passagens nas quais as pessoas transitam. Já outras, sempre ficam em dupla, ou grupos de no máximo quatro mulheres, conversando enquanto aguardam os clientes.

Uma das características das mulheres que praticam prostituição na Praça Floriano Peixoto, é o fato de residirem em bairros distantes do citado, e de seus familiares e vizinhos não saberem de sua ocupação.

Assim afirma Lúcia Alves Cunha (2014, p. 57) em sua pesquisa sobre prostituição e religião na região de Santo Amaro/SP.

Costumam dizer que trabalham em serviços domésticos, em restaurantes ou lanchonetes. Percebe-se que elas não revelam o que fazem por receio de sofrer preconceitos. Utilizam “nomes de guerra” como: Carol, Dani, Kátia, Joana e outros para preservar a identidade. Para garantir o anonimato procuram os lugares de prostituição em grandes centros urbanos e distantes de suas residências.

Apesar de ser evidente que há espaços públicos em que as prostitutas são agenciadas por cafetinas ou cafetões, atualmente, conforme relato das mulheres, essa não é a realidade da praça em questão. De acordo com Joana, houve um período em que uma das mulheres que fazem ponto na praça cobrava das demais uma espécie de pedágio diário, no valor de R\$ 20,00 e, para isso, utilizava-se de ameaças, já que era temida na região. Portanto, a maioria das mulheres não aceitava essa cobrança, não fazia esse pagamento, e, juntas, acabaram com essa prática na Praça Floriano Peixoto.

3.1 Joana e Iraní, Sujeitas Produtoras de Conhecimento

Como já mencionado, participaram diretamente desta pesquisa, como sujeitas que produzem conhecimento, por meio de experiências e histórias de vida, Joana e Iraní.

O primeiro contato com Joana, e não mais como estagiária de Serviço Social, aconteceu em um seminário, no segundo semestre de 2017, promovido pelo Projeto Antônia, que foi realizado para comemorar os 10 anos de atuação do projeto no bairro de Santo Amaro.

Ao final do seminário, fui cumprimentá-la e falei, de maneira muito breve, sobre a pesquisa que estava realizando e perguntei se, em outra ocasião, poderíamos conversar sobre essa temática. Joana, de imediato, informou seu telefone e disse que entrasse em contato, para marcarmos um dia e conversarmos com mais tranquilidade.

No primeiro semestre de 2018, realizei contato com Joana, para verificar a possibilidade de conversarmos. Ela marcou na praça de alimentação de um *shopping*, do bairro de Santo Amaro, em um sábado. Como era feriado, a praça estaria fechada. De acordo com ela, veio para Santo Amaro nesse dia para “*comprar umas coisas, tomar cerveja com uma amiga da praça*” (Joana, em 2018) e me encontrar.

O intuito dessa conversa foi apresentar-lhe a pesquisa, pontuando que não é possível compreender a realidade da prostituição no bairro de Santo Amaro, a não ser pelas experiências das prostitutas, e também saber se ela aceitaria participar da construção do trabalho. Ela se dispôs de imediato e ainda enfatizou que “*iria me ajudar*” e que “*este trabalho vai ficar muito bonito*” (Joana, conversa informal em 2018).

Durante nossa conversa, Joana conta que faz programas desde 1999 e sempre na Praça Floriano Peixoto. Relata que nesse período estava procurando emprego e, por isso, saía de casa com bastante frequência. Segundo Joana, um dia estava em um ponto de ônibus, quando um homem puxou conversa com ela e, ao saber de sua procura por trabalho, perguntou: “Porque você não faz programa? ”. Diz que o homem deu a ela R\$ 20,00 e marcou outro dia e local para conversarem.

Joana destaca que *“só que, com R\$ 20,00, naquela época, eu comprei algumas coisas pra casa, comprei até um gás”* (conversa informal em 2018). Diz que foi ao encontro do homem, que havia conhecido no ponto de ônibus, e que ele foi seu primeiro cliente.

De acordo com Joana (conversa em 2018), quando chegou na praça, já haviam mulheres que estavam lá, fazendo programa há bastante tempo; de algumas, é amiga até hoje e estas ainda permanecem por lá. Diz que *“entre as mais antigas”*, nunca houve problemas com a chegada de novas mulheres para dividirem o ponto, e que sempre se deram muito bem. Quando raramente surge um desses conflitos, *“é entre as meninas mais novas”*.

Diz também que essa é a realidade de algumas mulheres da praça, pois *“hoje é mais difícil, porque nos privês o programa é muito barato”* (Joana, conversa em 2018). Informa que, atualmente, o valor mínimo do programa, na Praça Floriano Peixoto, é R\$ 40,00.

Joana mora apenas com os dois filhos, no bairro Pedreira, mais ou menos próximo ao bairro de Santo Amaro. Diz que nem seus filhos, nem as duas irmãs, que também moram em São Paulo, sabem que é garota de programa.

De acordo com Joana (conversa em 2018), *“nunca nem desconfiaram, o que eles sabem é que eu trabalho com esse negócio de direito das mulheres e que eu sou envolvida com essas coisas feministas”*. Diz também que, algumas vezes, já encontrou conhecidos do bairro onde mora em Santo Amaro, porém, *“qual o problema de eu estar sentada na praça?”*, como enfatiza.

No que se refere ao conhecimento sobre direito das mulheres, ou envolvimento com *“essas coisas feministas”*, de acordo com ela, só veio a ter contato com esses assuntos, quando começou a frequentar o Projeto Antônia, em 2007, período em que foi instalado em Santo Amaro.

Conta, ainda, com bastante satisfação, que recentemente participou de um encontro nacional do Ministério da Saúde, em Brasília, DF, em que se discutia a prevenção ao vírus HIV e que ela era a única de São Paulo, e estava lá tanto como representante do CTA, como prostituta.

No segundo semestre, em nova conversa com Joana, agendamos a entrevista que foi realizada em um espaço próximo à Praça Floriano Peixoto, sem

nenhuma dificuldade, pois, em momento algum da conversa, ela impôs qualquer obstáculo para conversar sobre os assuntos propostos.

Também não demonstrou dificuldade em compreender o motivo de sua participação na pesquisa.

O primeiro contato com Iraní aconteceu no segundo semestre de 2018, por telefone, cujo número chegou a mim por meio de Joana.

Ao conversar por telefone com Iraní, de início, ela teve dificuldade de compreender do que se tratava. Porém, o fato de mencionar que havia sido estagiária de Serviço Social do Projeto Antônia, facilitou bastante a conversa. Iraní não se lembrava de mim, até porque, durante o período em que permaneci no Projeto Antônia, houve pouca aproximação com essa mulher.

Antes do contato com Iraní, já havia solicitado para o Projeto Antônia um espaço para que fosse possível realizar a entrevista.

Dessa forma, o local agendado para nossa conversa contribuiu para que ela aceitasse participar desta pesquisa. Porém, durante a conversa por telefone, foi possível perceber que Iraní apresentou alguns obstáculos, para que chegássemos a uma data para nosso encontro.

Mesmo assim, na data e horário agendados com Iraní para a entrevista, ao chegar no Projeto Antônia, ela já estava me aguardando e já havia dito que *“uma moça me ligou e disse que vinha conversar aqui comigo, hoje, mas eu esqueci o nome dela”* (Iraní, conversa em 2018).

Durante a conversa com Iraní, falei um pouco sobre a pesquisa e principalmente sobre a fundamental importância de sua contribuição para a concretização da proposta, pois não é possível compreender a realidade das mulheres que atuam na prostituição na Praça Floriano Peixoto, sem ouvir quem vivencia essa realidade diariamente. E como acrescentou Iraní (conversa em 2018): *“Que passou por lá e ainda passa, né”*, fazendo referência à rotina do local.

De acordo como ela, reside em um bairro até que próximo de Santo Amaro, na região de Interlagos. Já teve três filhos e uma filha, já falecida. Atualmente, relata que reside com o filho mais novo, e que os outros dois já são casados e não moram mais com ela.

Na entrevista com Iraní, foi possível observar alguns momentos em que ela apresentava dificuldades, ou realmente não queria falar sobre alguns assuntos. O fato de estar conversando sobre sua vida, com uma pessoa estranha contribuiu para isso. Porém, também foi observado que o espaço em que a entrevista foi realizada a deixou mais à vontade.

Durante a entrevista, surgiram assuntos que possibilitaram uma aproximação entre Iraní e eu. Um primeiro ponto foi quando Iraní falava sobre o espaço de tempo existente entre seu nascimento e quando foi registrada, e perguntou-me: “*Você já ouviu falar que antigamente existia isso?*” (Iraní, entrevista em 2018). Foi quando relatei que já tinha ouvido falar, pois, como sou originária de uma cidade bem pequena, no Sertão da Paraíba, ouvia minha mãe falar que essa era uma prática constante naquela região.

Outro momento observado nessa aproximação foi quando Iraní falou sobre sua idade e que, por vezes, quando está em filas de atendimento preferencial, percebe olhares desconfiados se de fato ela tem mais de 60 anos, pelo fato de não aparentar ter 61 anos. E demonstrando preocupação com sua aparência e, ao mesmo tempo, espanto, com satisfação, por confundirem sua idade, relata:

Menina, e ultimamente num ando nem com tempo de me cuidar, meu cabelo, como é que tá feio, (risos) olha aqui, olha (apontando para as sobrancelhas). Mas aí, eu sô ó (apontando para algumas tatuagens que possui) eu gosto de tatuagens. (Iraní, entrevista em 2018).

Ao ouvi-la, falei que também gostava de tatuagens, e já havia feito algumas. “*Tô vendo*”, disse Iraní e, ao perguntar o significado de algumas tatuagens, e se tinha feito a pouco tempo, ela dizia: “*Que lindo, aqui eu tenho meu beija-flor*”, mostrando a tatuagem no ombro, e “*o nome dos meus filhos*” (Iraní, entrevista em 2018), escritos na região dos punhos.

Certamente, essas características em comum, contribuíram para diminuir o distanciamento entre nós. Como bem afirma Carla Cristina Garcia (1998, p.18): “[...] tudo dependeu da natureza da relação com a pesquisadora: Diálogos, palavras e conversas entre mulheres revelam muito mais sobre a condição feminina do que testes ou estatísticas”.

E como última observação sobre a entrevista com Iraní, antes de iniciar a análise de dados, destaca-se sua perceptível empolgação ao falar sobre um assunto que, até aquele momento, não era do meu conhecimento.

Quando ela me fala, por exemplo, sobre os diversos termos que existem para nomear as mulheres que atuam na prostituição e destaca o termo “mulher-dama”, expressão que, até a entrevista com Iraní, não era do meu conhecimento.

3.2 A Chegada na Praça e Compreensão sobre a Prostituição

A Praça Floriano Peixoto, para mim, representa um campo de batalha, de coisas boas e de coisas muito ruins também.
(Joana, entrevista em 2018)

Quando perguntando, para as mulheres participantes desta pesquisa, sobre como chegaram até a Praça Floriano Peixoto, Joana conta:

Eu cheguei na Praça Floriano Peixoto em 99. Em 99, eu comecei a fazer programa e eu permaneci por uns 3 meses na prostituição e nesse período, eu arrumei emprego e parei de fazer programa. Mas, a partir daí, virou um ciclo vicioso, que sempre que ficava desempregada, e muitas vezes até estando trabalhando, quando tinha uma folga, eu passava na praça pra encontrar com clientes. Então, assim, já não era mais só pela necessidade, estava sempre precisando de um dinheiro extra e sabia onde buscar. (Joana, entrevista em 2018).

E quando pergunto o motivo da sua permanência na praça ter se tornado “um ciclo vicioso”, Joana continua:

Acho que acontecia porque, eu acho que era um dinheiro muito rápido, sabe, não era um dinheiro fácil, mas era um dinheiro rápido, aquilo que eu demorava um mês pra ganhar, muitas vezes, eu ganhava em dois dias. Hoje, as coisas mudaram muito, devido à situação econômica, não é mais assim, nem com as mais novas, mas na época em que eu comecei, era muito fácil ganhar dinheiro. (Joana, entrevista em 2018).

E sobre esse ciclo vicioso da prostituição, apresentado por Joana, Monique Prada (2018, p. 50) afirma:

Eu acredito que nosso “vício” mesmo, nós que exercemos esse trabalho de modo rotineiro, é em pagar nossas contas e sustentar nossas famílias, de preferência com algum conforto. Ninguém diz que publicitários, médicos e secretárias trabalham porque são viciados em seu trabalho, e tampouco alguém ousaria condenar qualquer um que troque seu trabalho por outro que receba pagamento melhor – a não ser que esse outro trabalho seja trabalho sexual.

Sobre sua chegada na Praça Floriano Peixoto, Iraní relata:

Já faz muitos anos que eu cheguei aí, só que, agora, eu não estou vindo muito mais, igual antigamente. E depois, também, depois que eu mudei pra esse lugar aí, atrás do shopping Interlagos, fica muito perto daqui de Santo Amaro e também é por causa de vizinho fofoqueiro, sabe. Eu não estou gostando de vir mais, como antigamente, sabe. E depois a gente tem filho rapazinho também e fica chato saber alguma coisa, e as fofocas? Depois o menino ficar passando vergonha, não pode, né? (Iraní, entrevista em 2018).

Continuando a conversa sobre sua chegada na Praça, Iraní expõe:

Olha menina, esse menino meu, ele já tem 22 anos; quando me separei do segundo marido, que era pai dele; o pai dele é falecido; quando eu saparei do pai dele é que eu comecei a andar aqui; eu acho que ele tinha uns dois anos. Já está com uns vinte pra vinte e um anos. (Iraní, entrevista em 2018).

De acordo com os relatos de Iraní, nessa época, ela morava no bairro da Pedreira, também na zona sul de São Paulo, porém mais afastado de Santo Amaro. E ao ser questionada sobre como ficou sabendo sobre a prostituição na Praça Floriano Peixoto, ela conta:

Ouvia falar, porque era muito falado Santo Amaro, né? E Largo 13, a igreja e Largo 13, Praça Floriano, você não ouve falar muito, é só famoso Largo 13. E aí eu comecei assim, deixe eu ver se eu me lembro direito, faz tantos anos. Comecei assim, chegando, eu nem sabia que existia Praça Floriano. Comecei a ficar um pouco lá em baixo no Largo 13, meio assim cabreira, do lado da igreja, que era perigoso. Toda vida foi perigoso lá, antigamente era mais. Aí começava ali, chegando devagarzinho, ainda com medo também, que tinha umas mulheres perigosas danadas. Aí depois, foi quando eu comecei, já descobri, cá em cima, a Praça Floriano e achei melhor, gostei e fiquei pra cá, porque era muito no foco de vizinhança vê a gente. (Iraní, entrevista em 2018).

Nesse momento da entrevista, assim como em outros, é perceptível, nas falas de Iraní, sua preocupação com o fato de nem seus familiares, nem vizinhos, saibam sobre a atividade que exerce. De acordo com Letícia Barreto (2008), o preconceito associado à prostituição e a possível reação das pessoas fazem com que muitas das profissionais não tornem pública sua ocupação.

Segundo relatos de Iraní, quando chegou à Praça Floriano Peixoto, já havia algumas mulheres atuando na prostituição, porém, muitas já não estão mais, “*muitas arrumaram marido, casaram, outras foram embora de São Paulo, outras morreram*”. Relata, ainda, que veio para a praça “*porque tava precisando né, sem trabalho, sem marido, sem ninguém pra me ajudar*” (Iraní, entrevista em 2018).

Para Joana, sua atuação na Praça Floriano Peixoto, é um trabalho:

Hoje eu tenho essa percepção, que eu vejo como um trabalho, antes eu não via como um trabalho eu tinha vergonha. Era tanto que, assim, eu vivia me escondendo, eu ficava na praça, eu tinha vergonha de ficar exposta. E se uma pessoa chegasse perto de mim, se eu via que não era uma pessoa pra fazer um programa, se era uma mulher, se perguntava o que eu tava fazendo, eu não falava que tava fazendo programa, que eu tinha vergonha. Hoje eu não tenho mais, porque eu vejo como um trabalho sim, porque é um meio que a pessoa tá ganhando dinheiro honestamente e vai quem quer, a pessoa não é obrigada e enfim, a pessoa paga suas contas, sustenta seus filhos, que eu conheço muita chefe de família, como eu fiz isso durante muito tempo, é, cuidei do meu filho e..., dos meus filhos né, e cuidava deles, pagava aluguel. Então, assim, é um trabalho, eu vejo como um trabalho sim. (Joana, entrevista em 2018).

Durante a fala de Joana, é possível observar que, mesmo entendendo a prostituição como um trabalho, faz questão que seus familiares e vizinhos não saibam de sua atuação.

De acordo com Monique Prada (2018, p. 51): “Muitas mulheres mentem sobre sua atividade por anos. Mas esse problema não tem a ver diretamente com o trabalho sexual, e sim com o estigma³⁸ sobre ele”.

Quando perguntada sobre sua compreensão a respeito da prostituição, Iraní relata:

³⁸ Para maior compreensão sobre estigma, ler: GOFMAM, Erving. **Notas sobre manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed., tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes.

Ah, eu acho que não deixa de ser um trabalho, viu, sabe porquê? Porque, a partir do momento que você sai de casa né... e outra, se ficar enchendo a cara, bebendo, aí já não é um tipo de trabalho, porque vai ficar loucona, beba, vai chegar em casa sem nem uma moeda. E como é que vai pagar as conta? Vai pagar a luz ou a água? E se paga aluguel? E se paga uma prestação? Ou pô o alimento dentro de casa? Então, tem que ter aquela responsabilidade das suas coisas e não ficar oi [faz um gesto que indica ficar bebendo sempre], só se for um pouquinho de vez em quando, de boa, mas sabendo que tem que levar ó [faz um gesto, passando o dedo indicador pelo polegar, indicando que precisa levar dinheiro pra casa]. (Iraní, entrevista em 2018).

Iraní compreende que na prostituição, como em outro trabalho, não pode haver diversão, pois “*vai ficar loucona*” e não terá mais responsabilidade para cumprir com seus compromissos financeiros.

De acordo com Dolores Juliano (2004), só o fato de haver discussões em torno do reconhecimento da prática da prostituição como um trabalho, é uma maneira de desvalorizar as prostitutas, pois, de acordo com a autora, nas sociedades tradicionais, essa desvalorização estava relacionada ao pecado, porém, em uma sociedade laica, a valorização dessas mulheres está vinculada à condição de trabalhadora. Não reconhecê-las como trabalhadoras, conseqüentemente, reduz a possibilidade de serem reconhecidas enquanto sujeitas de direito.

No ano de 2002, a prostituição foi incluída na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO). Desde então, a prática foi reconhecida como uma ocupação existente no mercado brasileiro (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2008). Porém, a inserção no documento citado não significou que, legalmente, essa atividade esteja regularizada e reconhecida como um trabalho³⁹. De acordo com Letícia Barreto (2008, p.81):

Existem inúmeras pessoas no Brasil que se prostituem e é necessário oferecer a elas alguns direitos que são fundamentais. Contudo, torna-se importante problematizar que apenas o reconhecimento como trabalho não garantirá o fim das formas de dominação exercidas sobre as prostitutas. Inúmeros trabalhos são devidamente regulamentados e isso não assegura a

³⁹ No Brasil, o projeto de lei mais atual, que propõe a regulamentação da prostituição enquanto profissão, dentre outras discussões que também são apresentadas, é o PL 4.211/2012, protocolado pelo deputado federal Jean Wylly e que recebeu o nome de PL Gabriela Leite. Para melhor compreensão e aprofundamento, ler: PRADA, Monique (2018), capítulo 9. (Disponível em: <https://examedaoab.jusbrasil.com.br/noticias/378596728/entenda-o-projeto-de-lei-de-regulamentacao-da-prostituicao>.)

ausência de exploração [...] apesar disso, o reconhecimento poderia ser um primeiro passo em direção a alguns direitos básicos.

3.3 E como Querem ser Chamadas ?

Diversas são as denominações utilizadas para nomear pessoas que oferecem serviços sexuais em troca de algum pagamento. Prostituta, puta, meretriz, mulher de vida fácil, garota de programa, trabalhadoras do sexo. De acordo com Monique Prada (2018), as entidades políticas e organizadas que atuam na defesa de direitos, em se tratando de prostituição, como a Rede Brasileira de Prostituição e a Central Única de Trabalhadores Sexuais (Cuts), não possuem uma definição consensual, sobre o termo a ser utilizado. Portanto, para a referida autora:

Prefiro hoje usar a expressão trabalhadora sexual para definir a atividade que exercemos. Considero seu uso importante politicamente, para deixar bem marcada a afirmação de que trabalho sexual é trabalho. (Monique Prada, 2018, p. 55).

Para Amara Moira (2018), a utilização de “trabalho sexual”, em vez de “prostituição”, para indicar a prática dessas mulheres, é uma maneira de forçar a sociedade a compreender que há pessoas que tiram seu sustento do sexo, como faz questão de frisar a referida autora, e são pessoas adultas e capazes de consentir.

As mulheres participantes desta pesquisa, quando perguntadas sobre como gostariam de ser identificadas, considerando sua atuação na prostituição, também respondem com detalhes.

Iraní fica um instante em silêncio, como se estivesse pensando sobre o assunto:

Nunca tinha pensado nisso não. Tem gente que fala mulher-dama, né? [Falo pra ela que não conhecia essa expressão]. Iraní dá risada e diz: É antigo viu, esse aí é de mil novecentos e bolinha. Às vezes fala puta, prostituta, né? Não, isso aí, muito... não. Deus, é mais, isso é muito baixo, é carta fora do baralho, isso daí. Às vezes, se algum homem me pergunta, eu falo que faço programa, que faço um programinha de vez em quando. (Iraní, entrevista em 2018).

Iraní ainda verbaliza que outra denominação, também antiga, é *mulher de viração*. De acordo com ela, antes de entrar na prostituição, “*nunca tinha sido mulher de viração*”.

Já Joana expõe:

Eu vejo assim, eu vejo esses nomes, eu acho assim: a mulher ela não precisa viver na praça, ou na boate no privê, vendendo seu corpo pra ela ser chamada de puta, porque as mulheres que nunca venderam seu corpo, elas dentro de casa, elas são tratadas como putas, pelos seus companheiros, e não recebem por isso e são feitas de escravas, e... então eu vejo assim. (Joana, entrevista em 2018).

Joana continua:

A garota de programa, eu acho que é um nome chique, que, de um tempo pra cá, vem sendo mais usado, né, a profissional do sexo, a garota de programa. O nome mais antigo e popular é a prostituta. Mas o nome que me sinto mais confortável, é garota de programa. (Joana, entrevista em 2018).

De acordo com Joana, garota de programa e profissional do sexo, são as denominações mais utilizadas por suas colegas da Praça Floriano Peixoto. Mas, de acordo com ela, garota de programa ainda é a nomenclatura preferida.

3.4 Relação entre Prostituição e Exploração

Como já apontado, um dos objetivos desta pesquisa, é analisar a relação existente entre exploração e prostituição, compreendendo que, em um sistema capitalista, a prostituição não é a única responsável pela exploração das mulheres. E quando conversado com as sujeitas desta pesquisa sobre a compreensão delas sobre essa temática, Joana afirma:

Então, é... exploração, hoje a gente vive num mundo que, de todo lado tem exploração, né, se você for ver direitinho. E na prostituição, eu nunca me senti explorada, mas, de uma certa forma, eu já me senti também, mas por mim mesma. Porque o fato de estar fazendo programa, eu acho que já é

uma exploração, mas que estou fazendo comigo mesmo, né, mas existem companheiras que são exploradas em boates e privês e na rua também, são exploradas por cafetão, são explorada por chefes de casas, boates e privês né. (Joana, entrevista em 2018).

E, ainda, sobre exploração, continua:

E... tem as mulheres também, que o que eu acho que é pior ainda, que além de serem exploradas por chefes de casas, serem exploradas em casa por companheiro, né, porque 90% das mulheres que vivem na prostituição, elas tem um companheiro e a maioria deles sabem que a mulher é prostituta, e muitos deles não trabalham, tem problemas com vícios, e a mulher, ela é explorada, a mulher é agredida, então, isso é um grande problema, que é muito comum, eu tenho muitas colegas que vive essa situação. (Joana, entrevista em 2018).

Durante a entrevista, Joana relata que já exerceu outras atividades, trabalhando “*em casa de família*” e que atualmente, além de atuar na prostituição, trabalha como folguista. E quando é perguntada sobre suas percepções de exploração, em outras atividades que já desenvolveu, além da prostituição, Joana expõe que:

Já passei por exploração, sim, quando trabalhava em casa de família, quando não tinha horário pra nada. E a gente, não tipo assim, eu era registrada, em algumas das casas, eu era registrada, mas era registrada só na fachada, porque muitas delas nem INSS nunca pagou né. E assim, de tá dormindo e de tocar a campainha, e geralmente os quartos de empregada era lá nos fundo, aí porque, ah chegou o filho do patrão, tem que esquentar janta, qualquer horário, não tinha essa de tá dormindo, enfim... E muitas vezes, nas folgas, teria que trabalhar, hoje não vai dá pra sair, porque vai ter visita e tem que trabalhar nas folgas, entre sábado, domingo, direto. E sem receber por aquilo. Então, isso é uma exploração, né? Na época eu via como uma exploração, mas achava que aquilo era normal, achava que eles me faziam de escrava, né? E era. Mas achava que aquilo era assim mesmo. (Joana, entrevista em 2018).

E ao enfatizar que, atualmente, possui outra compreensão, continua relatando:

Hoje existe também, né, hoje eu tenho um outro conhecimento, eu tenho consciência de tudo e eu sei definir o que é exploração e o que não é. Mas

eu sei que tem situações e que eu também já vivi, de chefe falar, olha você tem ficar até mais tarde, porque tem uma reunião tal hora. Aí sim, primeiro eu vou comunicar a empresa, quem vai me pagar por isso? Eu preciso comunicar a empresa, quem vai pagar por isso, se eles, ou são vocês. Ah, ninguém vai pagar, então, se ninguém vai para. E a empresa falar assim, não dá pra você ficar, não? Não, não dá. Eu não vou ter extra, então não vai dá. (Joana, entrevista em 2018).

Sobre sua mudança de atitude, relativa à sua compreensão de exploração, também na prostituição, Joana afirma:

É como na prostituição, no início, de cliente falar assim: Olha, a gente num vai usar preservativo, porque eu não sou doente, porque eu sou casado. E eu achar que aquilo era normal, se o homem tá falando, é porque era verdade, que tava certo. Sabe, eu achava que pra pessoa tá contaminado, teria que tá caindo aos pedaços. E hoje não é assim, eu tenho uma outra consciência. (Joana, entrevista em 2018).

Ao conversar com Iraní, sobre sua compreensão de exploração, considerando as experiências de trabalho que já teve, ela relata:

Eu lembro assim, foi da [expõe o nome de uma empresa que já trabalhou, como auxiliar de limpeza], mas isso aí a gente já ouvia falar mesmo, que não pagava direito, não pagava direito ao funcionário, se pedisse a conta, não pagava direito os tempo e também férias, não pagava. É... e não me pagou direito mesmo, quando eu saí. (Iraní, entrevista em 2018).

Relata que, antes de começar a atuar na prostituição, já havia trabalhado em algumas empresas, sempre como auxiliar de limpeza. E, ao lembrar desse período, relaciona sua compreensão sobre exploração com as vivências que teve.

De vez em quando, eu fazia hora extra, mas depois eu parei de fazer, porque não tava vindo pagando, aí eu parei. Eu falei, o quê? Vou deixar meus filhos lá, que fica na creche, no dia que eu ia ficar com eles, não. Aí meu marido tava trabalhando à noite, aí parei de fazer hora extra, porque não vinha depositado no holerite. (Iraní, entrevista em 2018).

Sobre sua atuação na prostituição e a relação com a exploração, Irani relata:

Onde eu achava melhor trabalhar, era assim mesmo, na rua e na praça. Mas eu falo assim, mesmo quando eu era mais nova, eu sempre gostava de trabalhar em praça, do que em boate, quando era mais nova, eu nunca quis também, que a gente vê falar muito que eles exploram muito a pessoa, a mulher. (Irani, entrevista em 2018).

Diz ainda que, quando começou a trabalhar na praça, percebeu uma diferença, no que se refere ao salário que ganhava antes, como auxiliar de limpeza:

Porque, se você arrumar um cliente, um ou dois, você já tem o seu dinheiro na mão e no serviço não, é uma vez por mês, ou aquele valizinho. Já é diferente. E aqui a gente sempre ganha mais um pouquinho do que o salário do mês inteiro, né. É que é, é preconceito, não adianta falar, que até hoje existe preconceito ainda, eu acho. (Irani, entrevista em 2018).

De acordo com os relatos descritos, observa-se que as participantes possuem uma compreensão sobre a exploração, sempre vinculada à não remuneração, ou remuneração indevida, de alguma atividade laboral que tenha sido desenvolvida por elas, além de uma vinculação com ocasiões em que tiveram seus direitos trabalhistas negados.

No que se refere à compreensão de exploração no mundo da prostituição, observa-se que, para as sujeitas desta pesquisa, apenas as mulheres que estão inseridas em boates e prives, ou as que possuem cafetões ou cafetinas, é que são exploradas.

Portanto, por meio das entrevistas realizadas, também observou-se que as sujeitas participantes desta pesquisa, não relacionam a exploração unicamente com a prostituição.

Como também foi possível observar que ambas reconhecem a prostituição como trabalho e, por vezes, até mais rentável. Conforme aponta Lim (2004) a prostituição, por vezes apresenta-se como uma possibilidade de trabalho melhor remunerada, mais flexível e com jornada mais curta.

3.5 Enfrentamentos Cotidianos

Como apontado inicialmente, o objetivo central desta pesquisa é analisar a história de vida de mulheres que atuam na prostituição, na região de Santo Amaro e seus enfrentamentos cotidianos, dentre os quais se destacam as desigualdades de gênero, raça e classe; as dificuldades em acessar os serviços públicos; e também o fato de serem moradoras da periferia, compreendendo se resultam da prostituição.

3.5.1 Relação de Gênero

Inicialmente, foram abordados, com as participantes desta pesquisa, alguns enfrentamentos vinculados às relações de gênero.

Assim, ao perguntar para as sujeitas dessa pesquisa, se consideram que existe alguma dificuldade, enfrentada pelas mulheres, só pelo fato de serem mulheres: “*é porque às vezes, a mulher faz o mesmo trabalho do home e o home ganha mais, né*” (Iraní, entrevista em 2018).

Apesar de reconhecer essa dificuldade, Iraní relata que nunca passou por uma situação como a que descreveu. Diz também que não se lembra se já sofreu algum tipo de preconceito por ser mulher. Porém, reconhece que, nesta sociedade patriarcal e machista, os homens possuem privilégios e que às vezes tem medo de ir a algum lugar sozinha. E ainda quanto ao privilégio dos homens, afirma: “*Eu acho isso errado. Mas é que tem muitos homens machistas ainda*” (Iraní, entrevista em 2018).

Continuando a conversa, Iraní afirma que, por ser prostituta, enfrenta dificuldades:

Assim, às vezes, a gente está aí na praça e alguém passar dando risada da gente, ou, às vezes, até de homem passa e olha pra gente que parece que tem nojo da gente, tá entendendo? Às vezes, se você tá em um lugar, e encontra algum homem que já viu a gente nesse lugar que a gente fica [na praça], porque é muito malvisto esse lugar que a gente fica, parece que a gente não tem contas a pagar, não tem responsabilidade. Acho que pensa que só vai ver a gente toda na vida naquele lugar. Aí, ficam assim parado, olhando pra gente, quando vê a gente em outros ambientes. (Iraní, entrevista em 2018).

Sobre as violências às quais as mulheres que atuam na prostituição estão expostas, Iraní relata que já vivenciou situações de ser agredida fisicamente por clientes e que também já foi roubada por estes. Porém, de acordo com Iraní, já recusou realizar programas por diversas vezes, pelo fato de:

Se eu ficar cismada com o homem, eu não vou de jeito nenhum, invento qualquer coisa, que estou esperando um outro cliente já, e que ele paga meu aluguel, quando eu cismo também, eu não vou não.

E sobre as vivências de situações de violências, Iraní complementa:

*No quarto assim, você fala? É, já aconteceu sim, lá no centro, muitos anos atrás. Me falaram que disse que mataram esse cara, disse que ela nadava com umas mulheres no quarto. É, saía com mulher, não pagava, até batia na mulher. E, também, já me aconteceu umas duas vezes também, do cara mim pagar e às vezes você vira as costas, ou ir no banheiro, e ele te roubar o mesmo dinheiro que ele te pagou, já aconteceu isso também, viu. E uma vez, também um homem me pagou com o mesmo dinheiro que ele me roubou, é casos também, viu. Igual, tem gente que fica contando os casos na televisão, tudo marketing, vai nessa viu, **que a prostituição é só coisa boa.** (Iraní, entrevista em 2018, negrito nosso).*

Iraní enfatiza, ainda, que qualquer pessoa está sujeita à violência, mesmo que não atue na prostituição: “*Não é só assim na rua não, na praça. Você não vê em casa, como é que tá hoje em dia?*” (Iraní, entrevista em 2018).

Ao ser perguntado, para Joana, se acredita que as mulheres enfrentam dificuldades apenas pelo fato de ser mulher, ela responde:

Sim, o fato da gente... Ai, como a gente enfrenta. A gente sempre enfrentou, agora que tá melhorando, mas só por ser mulher, a gente enfrenta muitos preconceitos, né. Porque a mulher é pra pilotar o fogão, é pra pará, é pra cuidar da casa e não deixou de ser. E eu já enfrentei, sim, muitas dificuldades por ser mulher. Dificuldade de querer uma vaga de emprego, há, mais, mais é pra homem, e saber que têm mulheres que também serve pra ocupar esses cargos. (Joana, entrevista em 2018).

E como exemplo das dificuldades de ser mulher, expõe:

Até mesmo às vezes, em casa, vou comprar alguma coisa no depósito de material, aí, uma ferramenta uma coisa, “ah, mais quem vai usar é o seu marido?” Sabe! Eu falo: Não, quem vai usar sou eu. “Mas você sabe mexer com isso?” Porque que eu não posso saber? E se eu não sei, eu não posso aprender? Só porque eu sou mulher? Então, coisas, que até boba, mas que são sérias. (Joana, entrevista em 2018).

Ao perguntar para Joana, se já sofreu violências, ou preconceito, por ser mulher, ela responde:

Já, sim. Já sofri vários preconceitos só por ser mulher. Violência, assim, não muito. Mas o preconceito, desde quando eu era criança, não é? Só por ser mulher, já veio esse preconceito. Porque, assim, as meninas não irão fazer isso porque é menina, não pode estudar à noite, porque é menina, então, isso é um preconceito, isso é uma agressividade com a gente. Nós fomos privadas de fazer muita coisa, porque a gente era mulher. (Joana, entrevista em 2018).

Em seguida, quando perguntada se já sofreu preconceito por ser garota de programa Joana conta.

Já, sim, já sofri muito preconceito, inclusive aqui na região de Santo Amaro mesmo, aqui na praça mesmo. Porque eu sempre fui muito sigilosa, então as pessoas lá de onde eu moro, né, nunca, nunca me expus assim. Então, pelo fato de ficar ali na praça, de ter um monte de lojas e comércios ali. E até em ambientes ali, em lojas, já entrei em ambientes, das pessoas olharem com outro olhar, sabe, porque via que eu tava ali na praça, sabia que eu era uma garota de programa. Mas, assim, hoje diminui muito, mas na época que tinha os camelôs na rua, o fluxo de pessoas era muito grande. O número de roubo ali na praça era muito grande. Aí tinha menino, menina, também, que roubava, mulher também, aí como mulher de programa é sempre muito malvista, todo mundo é igual. Então, é a mesma coisa de você ser vista com olhar diferente, porque você é negra, ou porque você tá com uma roupa diferente. (Joana, entrevista em 2018).

Joana relata ainda que foi preciso fazer acompanhamento psicológico, para aprender a lidar com algumas questões relativas a esse preconceito sofrido. De acordo com ela, ao entrar em lugares e se deparar com pessoas que a viram na praça e sabiam que ela era garota de programa, já imaginava que ia sofrer alguma

injúria. E, de acordo com Eribon (2008, p. 28):

A injúria me faz saber que sou alguém que não é como os outros, que não está na norma [...] descubro que sou alguém de quem se pode dizer isto ou aquilo, alguém a quem se pode dizer isto ou aquilo, alguém que é objeto dos olhares, dos discursos e que é estigmatizado por esses olhares e discursos.

Joana verbaliza ainda que a maioria dos preconceitos que já sofreu, refere-se tanto ao fato de ser mulher quanto por ser garota de programa, mas, de acordo com ela, principalmente por ser garota de programa. Para Leticia Barreto (2008), contudo, o ponto mais enfatizado pelas mulheres é a questão do preconceito e da discriminação a que estão submetidas.

Com base nas falas de Joana e Iraní, foi possível observar que as mulheres, por mais que as situações sejam diferentes, estão sujeitas a diversas formas de opressão, desigualdades e discriminações, unicamente pelo fator biológico. Assim, Carla Cristina Garcia (2018, p.11) afirma que: “Este aspecto biológico da situação do coletivo feminino significa que as mulheres estão submetidas a certas formas de exploração e discriminação que não são as mesmas que sofrem os homens”.

3.5.2 Relações Raciais

Os enfrentamentos vinculados às questões de raça, são relatados por Joana quando fala que em seu registro de nascimento está como parda, mas “*me acho uma mulher morena, mais pra negra*” (depoimento em 2018). E que, por isso, de acordo com ela:

Eu já sofri racismos também, não diretamente, mas, assim, você percebe não é, não é coisa da cabeça, eu sei que tem ambientes que tem uma branca e uma negra, uma, eu, por exemplo, a pessoa vai preferir a branca. Muitas vezes, no caso de programa e, muitas vezes, em outros ambientes também, de trabalho. A pessoa vai preferir. (Joana, entrevista em 2018).

E para exemplificar o que expôs, relata:

Eu trabalho numa empresa, eu trabalho como copeira, né. Então, eu sirvo, assim, escritórios. Mas já aconteceu de outras, tem outras pessoas que trabalham comigo e teve um caso que aconteceu recentemente, foi duas moças lá pra fazer entrevista e uma era negra e a outra era branca, né. E aquela que era negra, eu percebi que a pessoa que tava entrevistando, num tava dando atenção, não queria ouvir a experiência que ela tinha. (Joana, entrevista em 2018).

No que se refere ao racismo na prostituição, diz que há “gostos e gostos”. Existem os clientes que gostam das negras e os que gostam das brancas. Porém, a maioria de suas colegas, que sofre violência por clientes, no quarto, são mulheres negras.

Então, assim, por mais que ele tenha atração mais pela negra, mais, depois, ele quer agredir a negra. É como se tivesse com raiva de si próprio, por ele ter aquele desejo pela negra. Conheço muitos casos assim. (Joana, entrevista em 2018).

E, para finalizar, Joana relata que, ser mulher, negra e garota de programa, é como estar com um fardo de preconceito e estigma e viver em luta constante pela defesa de direitos.

Na conversa com Iraní, sobre questões relacionadas a raça, a entrevistada relata que, em sua certidão de nascimento, também consta que é parda, mas que se considera morena. Diz saber que o racismo existe e que já viu mulheres serem destratadas pelo fato de serem negras, porém, isso não é uma realidade só da praça, porque já presenciou a situação com outras mulheres que não atuam na prostituição.

De acordo com a fala dessas mulheres entrevistadas, percebe-se que ambas compreendem o racismo como um enfrentamento a mais na vida das pessoas, mas principalmente das mulheres, e não somente das que atuam na prostituição. Porém, como apontam, na prática da prostituição, as mulheres negras são as que mais sofrem violência.

3.5.3 Relações com serviços e políticas públicas

Outro ponto a ser apresentado, como enfrentamento cotidiano vivenciado pelas mulheres que atuam na prostituição na Praça Floriano Peixoto, é compreender como se dá o acesso dessas mulheres a serviços e políticas públicas, nos locais onde residem.

De acordo com Joana, o atendimento, principalmente nos equipamentos de saúde, nos bairros em que já morou, e sempre na periferia da cidade de São Paulo, sempre foi muito burocrático e demorado. Relata, ainda, que no bairro da Pedreira, onde reside atualmente, sempre que precisou acessar os serviços da saúde, encontrou um caos.

Joana destaca que essa dificuldade é vivenciada por toda a população, de modo geral. Como atua na região de Santo Amaro, encontra mais facilidade de ser atendida pela política da saúde, mas que no bairro em que reside, na zona sul da cidade de São Paulo, não se depara com essa facilidade.

Pelo fato de ser garota de programa, relata que já sofreu preconceito, ao buscar atendimento:

[...] até mesmo nas unidades de saúde de chegar e falar que é garota de programa e as pessoas te tratar com uma indiferença, porque você, aí, uma prostituta, né, deve ter doença, né, ou, às vezes, ah, se pegar doença, qual o problema, se é prostituta. (Joana, entrevista em 2018).

Quanto ao atendimento pela política de educação, lembra que, quando seus filhos eram crianças, que tinha mais urgência por creche, havia maior número de vagas nesses equipamentos e por isso não se deparou com tantas dificuldades.

Sobre o território em que reside, Joana relata que, atualmente, não enfrenta maiores dificuldades relacionadas ao acesso ao transporte público. Porém, já residiu em municípios vizinhos a São Paulo, como Diadema, e era necessário pegar vários ônibus para vir trabalhar em São Paulo e havia um número reduzido de linhas.

Relata, ainda, que, quando residia em outro bairro da zona sul de São Paulo, quando chovia, um córrego da região alagava e as pessoas não conseguiam ir trabalhar.

Para Iraní, as dificuldades com as quais se deparou, nos locais em que já residiu, sempre nas periferias da zona sul de São Paulo, relacionam-se com o acesso, aos equipamentos públicos de saúde, principalmente no que se refere à realização de exames, como a ultrassonografia.

Na experiência na área de política pública de educação, Iraní relata que, quando seus filhos tinham idade escolar, caso não conseguisse vaga em creches ou escolas, acionava o Conselho Tutelar para facilitar o acesso.

Em outras questões pertinentes ao território em que vive, como, por exemplo, o transporte público, Iraní relata que, atualmente, não enfrenta tantas dificuldades, por residir em um local de fácil acesso, mss que, quando residia em regiões mais afastadas, encontrava mais dificuldades.

Na análise da maneira como essas mulheres acessam serviços e equipamentos públicos, verifica-se que a maior dificuldade enfrentada por elas está relacionada à política de saúde; mas que é vivenciada também por outras pessoas que residem na mesma região. Entretanto, o preconceito e estigma sobre a prostituição, por vezes, também podem ser dificultadores.

3.5.4 Dupla Identidade

Considerada a realidade da prática da prostituição no bairro de Santo Amaro, uma das características é o fato de a maioria das mulheres possuir dupla identidade, e utilizar, por vezes, outros nomes e, principalmente, por seus familiares e vizinhos não saberem de sua atuação. Quando é conversado com Joana, sobre como é conviver com essa questão, ela relata:

Nunca aconteceu de eu falar alguma coisa sem querer, em casa. Mas, assim, e pelo fato também de eu tá sempre em muito pouco, fico sempre eu e meu filho, tem uma irmã também, que veio morar comigo, então, pelo fato de ser pouca gente, dentro de casa, você não fala muito, então acaba facilitando. Hoje, se eu chegar para minha família e falar que eu sou garota de programa, eles precisam ver pra crer. Porque eu sempre fui um exemplo na família, entre minhas irmãs, meus irmão, meus pais e meu filho e se eu falar ninguém acredita. (Joana, entrevista em 2018).

Quando é perguntado para Iraní se seus filhos, familiares e vizinhos sabem de sua atuação na Praça Floriano Peixoto, ela relata:

Não, esses negócios, assim, eles não sabem não, falo que faço bico, que eu trabalho assim de vendedora de camelô na rua, que eu vendo as coisas aqui. Eu não levo home na minha casa, na minha casa não. Tem que ser essas coisas aqui. (Iraní, entrevista em 2018).

Iraní relata que, atualmente, não trabalha mais na Praça Floriano Peixoto com tanta frequência, pois está residindo em um bairro mais próximo a Santo Amaro e, por isso, fica mais exposta e teme que possa encontrar algum conhecido. Durante alguns dias, também faz ponto na Praça da Sé, no centro de São Paulo, por ser distante do bairro em que reside, e a possibilidade de encontrar vizinhos ser bem menor.

Às vezes, quando eu to em casa, que preciso sair, eu vou pra lá, ao invés de vim praqui, que é mais longe. E como não pago passagem, pego ônibus e metrô e chego lá rapidinho. (Iraní, entrevista em 2018).

Percebe-se, nos relatos, o esforço dessas mulheres para evitar que as pessoas do convívio saibam de sua atuação, pois assim evitam carregar todo os estigmas que acompanha a prostituição. O estigma que essas mulheres carregam, para Goffmam (1963, p. 89):

é escrupulosamente invisível e conhecido só pela pessoa que o possui, que não conta nada sobre ele a ninguém. [...] Quer as pessoas que saibam sejam poucas ou muitas, há, aqui uma vida dupla simples, que abrange aqueles que pensam que conhecem aquele homem totalmente e aqueles que “realmente” o conhecem (aspas do original).

No que se refere à maneira como essas mulheres se identificam para os clientes, em se campo de trabalho, a Praça Floriano Peixoto, muitas se apresentam com nomes que não são os próprios, mas “nomes de guerra”. Sobre a utilização do seu nome real, Joana relata:

Mas assim, eu sempre usei o meu nome, nunca dei nome diferente. E sempre que eu dava o nome pra cliente, ah! Mais é nome de guerra? Aí, pra alguns, eu falava, num importa se é de guerra, se é verdadeiro, e pra outros eu falava: é verdadeiro. E eu me arrependo de ter dado meu nome, mas eu não sabia, quando eu entrei na prostituição, eu não sabia que podia dar dois nomes. (Joana, entrevista em 2018).

Mediante a isso, é perguntado porque Joana se arrepende de ter utilizado seu nome verdadeiro.

Já passei por situações de a pessoa chegar e perguntar: Ah! você conhece Joana? Mas que Joana? A minha sorte é que sempre teve mais uma Joana ali, né? Mas eu não sabia que podia dá dois nomes. Aí eu fiquei sabendo, quando comecei a conversar com as mulheres, na praça, as que já fazia programa e cada hora falava um nome. Aí eu olhava assim... o quê? Ah! e eu vou usar meu nome verdadeiro nada. Eu tinha medo de alguém perguntar meu nome, e se eu esquecer? Aí depois a pessoa volta, se quiser me agredir, eu tinha esse medo, sabe. (Joana, entrevista em 2018).

Já ao perguntar para a outra entrevistada, se gostaria de ser identificada nesta pesquisa, responde: “*Pode ser Iraní, que sempre, as vezes eu também falo pra homem que eu chamo Iraní*” (Iraní, entrevista em 2018). Fazendo menção ao nome que utiliza na prostituição.

No que se refere à maneira como as pessoas se identificam, objetivando eliminar qualquer proximidade com símbolos de estigma, nesse caso, a prostituição, Goffman (1963, p.102) afirma:

A identidade social de um indivíduo divide o seu mundo de pessoas e lugares, o que faz também a sua identidade pessoal [...] É obvio que uma das estratégias é esconder ou eliminar signos que se tornam símbolos de estigma. A mudança de nome é um exemplo conhecido.

Como já apontado neste capítulo, talvez um dos motivos pelos quais as mulheres que atuam na prostituição façam tanto esforço para evitar que as pessoas não saibam sobre sua atuação nessa atividade, é a existência de estigma e do preconceito que há em torno da prostituição. Desta forma, lidar com todo esse fardo que a prostituição carrega, também pode ser considerado um enfrentamento cotidiano.

3.5.5 Idade

Durante a realização das entrevistas, foi apresentado, pelas sujeitas participantes desta pesquisa, um enfretamento que não havia sido considerado: as dificuldades vivenciadas por essas mulheres por ficarem velhas e permanecerem na prostituição.

Joana, sobre sua permanência na prostituição, conta que: “*Antigamente era muito fácil de ganhar dinheiro. Hoje em dia, com a crise econômica que o país vem passando, até para as mais novas está difícil*” (entrevista em 2018)

Já Iraní, no final da entrevista, quando conversamos sobre quanto deve ser difícil ser mulher, negra e conviver com os estigmas da prostituição, complementa:

E depois de velha também, tá. Por que, quando era mais nova, eu já ganhei muito dinheiro, mas depois do 50 anos, 55, 60, vai por sorte. E tem esses velhos, que, quando estão duro, vêm pra perto da gente, agora, no dia que recebe, se chegar uma novinha perto deles, levam no melhor restaurante viu. (Irani, entrevista em 2018).

Diz ainda, que hoje em dia é muito difícil viver só da prostituição, e por isso possui um cômodo, que aluga para complementar sua renda. Conta também que não é aposentada, pois não contribuiu o tempo necessário para a Previdência Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalização desta pesquisa, compreende-se que a temática aqui abordada se apresentou de maneira ampla e complexa, e exige um aprofundamento sobre o assunto. E, certamente, não está finalizada.

O fator inicial que despertou interesse em realizar esta pesquisa, cuja temática é a realidade da prostituição no bairro de Santo Amaro, São Paulo/SP, mais especificamente, a realidade da Praça Floriano Peixoto, foi, como já mencionado, o período em que a pesquisadora permaneceu como estagiária de Serviço Social no Projeto Antônia e quando manteve contato com a realidade vivenciada por mulheres que lá atuam.

Assim, a centralidade desta pesquisa foi buscar compreender se os enfrentamentos cotidianos vivenciados pelas mulheres que atuam com prostituição na Praça Floriano Peixoto estão ligados diretamente ao fenômeno da prostituição, ou vinculados às opressões e desigualdades de gênero, raça e classe.

Portanto, para realizar esta análise, alguns caminhos foram percorridos, como, por exemplo, estudar, de maneira breve, a história da prostituição na cidade de São Paulo, do período que vai desde a segunda metade do século XIX, até os anos 1980.

Por meio deste estudo, foi possível compreender que muitos dos estigmas e preconceitos que permeiam a prostituição, atualmente, partem do saber médico e policial, em período de intensa higienização, que criou, assim, um modelo de mulher a ser seguido, e que tinha como principal opositora a figura da prostituta.

Através da breve análise desse contexto histórico, também foi possível compreender a maneira como o processo de urbanização, pelo qual passou a cidade de São Paulo, foi responsável tanto pelo confinamento das prostitutas em um bairro, o Bom Retiro, para, desta forma, melhor controlá-las, como também foi responsável por empurrar essas mulheres, cada vez mais, para as periferias da cidade.

Também é de fundamental importância destacar a forte presença da prática da prostituição; a resistência dessas mulheres à política higienista e repressora; assim como a forte atuação desse público no período da Ditadura Civil-Militar, para articular o início da movimentação e organizar a luta das prostitutas.

Outro ponto que se mostrou importante para ser analisado foi o estudo sobre a relação existente entre exploração e prostituição a partir da realidade da prática no bairro de Santo Amaro, tomando por base as discussões realizadas pelos feminismos inseridos no contexto do sistema capitalista.

Durante esse processo, foi possível observar algumas características específicas, da prática da prostituição no bairro de Santo Amaro, como os locais preferidos, a forma de funcionamento de cada um, assim como obter um perfil amplo das mulheres que atuam nessa região.

No que se refere à relação entre exploração e prostituição, percebe-se que, considerando a realidade do sistema capitalista, não há nenhuma atividade laboral, exercida de maneira mais ou menos precária, que seja desenvolvida sem exploração, já que o capitalismo se mantém da exploração da classe trabalhadora.

Entretanto, é preciso compreender que a classe trabalhadora não é homogênea, e que o processo de exploração vivenciado pelas mulheres, seja no desenvolvimento de uma atividade formal, ou informal, é diferente do processo de exploração aos quais os homens estão submetidos.

Relacionando esse debate, com a realidade de algumas mulheres que atuam na prostituição na Praça Floriano Peixoto, conforme relatado nas entrevistas realizadas, foi possível observar que a compreensão que possuem de exploração, é a do mundo do trabalho, sempre vinculada a um empregador.

A maioria das vivências de exploração, relatadas pelas sujeitas desta pesquisa, está vinculada às atividades laborais formais, que já desenvolveram e não especificamente com a prostituição.

A exploração na atividade da prostituição, para essas mulheres, acontece quando há o envolvimento de terceiros e é necessário dividir o valor do programa, seja as/os gerentes de casas, cafetinas/cafetões, ou até mesmo um companheiro. A relação com seus clientes, o fato de receberem dinheiro em troca de serviços sexuais, as sujeitas desta pesquisa não compreendem por exploração.

Sobre o debate dos feminismos em torno da prostituição, foi possível perceber que há divergências. Enquanto um viés desse pensamento compreende a prostituição como trabalho – e como tantos outros suscetíveis às mais diversas formas de exploração e precarização, principalmente no que se refere a atividades informais desenvolvidas por mulheres – e, por isso, a necessidade dessa prática ser reconhecida formalmente, para que as pessoas que vivem da prostituição atuem de maneira digna; há outra vertente favorável à abolição da prática da prostituição, pois a compreende como a situação mais extrema da relação de poder entre as categorias de sexo, assim como uma maneira disfarçada de violência contra a mulher. Essa corrente filosófica do feminismo, geralmente, relaciona crimes, como o tráfico de pessoas, a exploração sexual e exploração sexual infantil, à existência da prática da prostituição.

Dessa forma, e analisando o contexto já apresentado, as mulheres que atuam na prostituição, no bairro de Santo Amaro, especificamente na Praça Floriano Peixoto, apesar de compreenderem a prática como um trabalho, relacionam o reconhecimento formal dessa atividade, enquanto profissão, com a possibilidade de torná-las visíveis. Devido ao estigma que envolve a prostituição, as mulheres se mostram mais preocupadas com o que as pessoas vão pensar, ao saber de sua atividade, do que de fato com as questões relacionadas às condições de trabalho.

Para analisar se o objetivo central desta abordagem foi alcançado, é de fundamental importância compreender a realidade das mulheres que atuam na prostituição na Praça Floriano Peixoto, e se seus enfrentamentos cotidianos são vinculados apenas a essa prática, ou decorrem das desigualdades originárias das questões de gênero, raça e classe.

Nas entrevistas realizadas, quando conversado sobre a chegada dessas mulheres na Praça Floriano Peixoto, onde iniciaram suas atuações na prostituição, é possível observar que o motivo está relacionado à condição social e financeira de cada uma delas. Como afirmaram, a prostituição mostrou-se como possibilidade de obterem rápido retorno financeiro e até mais lucrativo, se comparado com outras atividades laborais que já haviam desenvolvido.

É possível pontuar que, nesse contexto, a prática da prostituição pode ser entendida como uma das desigualdades de classe geradas pelo sistema capitalista, apresentando-se como expressão da questão social.

Considerando a atuação das mulheres entrevistadas no espaço já citado, ao conversar com elas sobre como gostariam de ser identificadas nesta pesquisa, ambas desconsideram totalmente os termos prostituta e puta, preferindo denominações como garota de programa, mulher-dama, ou até mesmo profissional do sexo. Compreende-se que isso ocorre devido ao estigma e preconceito que há em torno de prostituição, prostituta e puta, todos carregados de intenso moralismo e vinculados à escória da sociedade.

No que se refere aos enfrentamentos cotidianos vivenciados por essas mulheres, é possível afirmar que a maioria – como as desigualdades originárias das relações de gênero, raça e classe; as dificuldades de acessar serviços públicos e o fato de serem moradoras da periferia da zona sul da cidade de São Paulo – não possui ligação direta com a prática da prostituição e que outras mulheres, não inseridas na prostituição, mas com as mesmas condições sociais, que residem nas periferias e são negras, também estão suscetíveis a esses enfrentamentos.

Isso é perceptível, pois as mulheres participantes desta pesquisa, por exemplo, revelam que as dificuldades enfrentadas decorrem apenas do fato de serem mulheres, de acordo com as narrativas apresentadas, e não se vinculam com a prática da prostituição, mas sim com a construção de uma sociedade patriarcal e machista, sobre os papéis destinados às mulheres. E se essas mulheres forem negras, as dificuldades tornam-se ainda maiores, em todos os sentidos, inclusive na prostituição, pois, como pontuado, são as prostitutas negras as principais vítimas da violência de clientes.

De acordo com as análises realizadas, também foi possível observar que a precariedade das políticas públicas, principalmente na área de saúde, faz parte da realidade dos territórios em que essas mulheres residem, e, assim como as demais mulheres, são as mais prejudicadas com esse sucateamento.

Entretanto, pode-se afirmar que o enfrentamento cotidiano, vivenciado pelas sujeitas desta pesquisa, de conviver com dupla identidade está diretamente relacionado com a prostituição e uma das principais questões apresentadas por elas.

Porém, o fato da dupla identidade estar diretamente vinculada à realidade da prática da prostituição na Praça Floriano Peixoto, esse enfrentamento não se

apresenta tão comum para outras mulheres que não vivenciam essa realidade, mas com o estigma sobre a prostituição, do que com a prática dessa atividade em si.

Por fim, pontua-se que o objetivo geral desta pesquisa foi alcançado, entretanto, uma análise mais aprofundada das narrativas dessas mulheres, possibilita pontuar diversos outros enfrentamentos, considerando a complexidade do cotidiano, enquanto categoria de análise, e a capacidade que essas mulheres possuem de produzir conhecimento por meio de suas histórias de vida.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma**. Barueri, SP: Novo Século Editora, 2017.

BADINTER, Elisabeth. **Rumo equivocado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BARRETO, Letícia C. **Prostituição, gênero e sexualidade: hierarquias sociais e enfrentamentos no contexto de Belo Horizonte**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2018.

BELUCHE, Renato. A sexualidade “desviante” no discurso médico do século XIX. *In*: VII SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO, São Carlos. **Anais [...]**. São Carlos: UFSCar, 2006.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual de trabalho e serviço social**. 2.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

COBO, Rosa. **La prostitución em el corazón del capitalismo**. Madrid: Catarata, 2017.

CUNHA, Lúcia Alves. **Prostituição e religião: a trajetória religiosa de mulheres que praticam a prostituição na região de Santo Amaro/São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião)– Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC/SP), 2014.

DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. São Paulo: n-1 edições, 2016.

DIAS, Luiz Antonio; SOUSA, Rafael Lopes de (org.). **Santo Amaro: a evolução urbana do bairro sob diversos olhares**. São Paulo: LiteraRUA, 2016.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 4. ed. Expressão Popular, 1891.

FONSECA, Guido. **História da prostituição em São Paulo**. São Paulo: Resenha Universitária, 1982.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRANCO, H. Cinema, estigmatização territorial e história urbana. **Rev. Eletrônica Cent. Interdiscip. Estud. Cid.** Campinas, SP, v.9, n.2 [16] p. 297-317, maio/ago. 2017.

GARCIA, Carla Cristina. **Ovelhas na névoa**: um estudo sobre as mulheres e a loucura. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

GARCIA, Carla Cristina. **As outras vozes**: memórias femininas em São Caetano do Sul. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1998.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

GARCIA, Carla Cristina (org.). **Mulheres, tempos e trabalhos**. São Paulo: Annablume, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Gen LTC. 4. ed. Tradução: Marcia Bandeira de Mello Leite Nunes, 1963.

HIRATA, Helena. [et al.] (orgs.). **Dicionário crítico feminista**. São Paulo: Unesp, 2009.

JOANIDES, H. **Boca do lixo**. São Paulo: Ed. Populares, 1977.

JULIANO, Dolores. **Excluídas y marginales**. Universitat de València: Instituto de la mujer, 2004.

KOLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a nova moral sexual**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KUSHNIR, Beatriz. **Baile de máscaras**: mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Em depoimento a Marcia Zanelatto. Rio de Janeiro: Objetivo, 2009.

LIM, L. El sector del sexo: la contribución económica de una industria. *In*: OSBORNE, R (ed.). **Trabajadoras del sexo**: derechos, migraciones y tráfico en El siglo XXI. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2004.

MACEDO, Francisco Ferraz de. **Da prostituição em geral e em particular em relação a cidade do Rio de Janeiro: prophylaxia da syphilis**. Tese (Doutorado)–Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Typographia Academica, 1872.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa**: elementos conceituais e teórico-metodológicos. ENCONTRO DE PESQUISADORES DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Campos dos Goytacazes, n. 1, p. 8-15, out. 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe B. **Prostituição à brasileira**: cinco histórias. São Paulo: Contexto, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. 2008. CBO (Classificação Brasileira de Ocupações): Profissionais do sexo. Disponível em: www.mteco.gov.br. Acesso em: 14 nov. 2018.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse puta**. São Paulo: Hoo Editora, 2016.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Devir puta**: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 7. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PISCITELLI, Adriana. Apresentação: gênero do mercado do sexo. **Caderno Pagu**, n. 25. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000200001. Acesso em: 28 dez. 2018.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PRADA, Monique. **Putafeminista**. Veneta, Coleção Baderna, São Paulo, 2018.

PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

PRIORE, Mary Del. **História do amor no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

PRIORE, Mary Del. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

PROJETO ANTÔNIA. **Revista Comemorativa – 10 anos de Projeto Antônia**. Irmãs Oblatas. São Paulo, 2018.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. Expressão Popular, 2013.

SANDRONI, Paula. **O que é mais-valia**. Volume 65. Coleção Primeiros Passos (português). 1995.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. – 3. ed. São Paulo: Expressão Popular.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TREVISAN, João Silvério. **A vida é fácil? Lampião da esquina**. São Paulo: A guerra santa do Dr. Richetti, fev. 1980.